

PORTUGAL democrático

- * O caso Delgado continua sem solução — pg. 4
- * O Confortável Mito, por Adolfo C. Monteiro — pg. 5
- * Mais uma vez: libertem-se!, por Santana Mota — pg. 5
- * A morte do herói, por Sarmiento Pimentel — pg. 5

ANO III — N.º 22

SÃO PAULO, MARÇO DE 1959

Cr\$ 3,00

Henrique Galvão escolheu a liberdade!

(Do nosso correspondente especial)

Lisboa, Fevereiro — Apagadamente os jornais censurados deram a notícia de que Henrique Galvão, escondido "algures" durante um mês, escolhera, finalmente, a liberdade! Nem por terem sido escassas as linhas consagradas ao "caso" foi menor a alegria que invadiu toda a Lisboa!

Não se iluda o sr. Salazar e os seus trementes defensores: foi com incontida satisfação, com extraordinário alívio, que Lisboa acolheu a notícia de que Henrique Galvão escapara às garras da "gestapo" lusa. Comentado nos mais diversos tons, o asilo político finalmente alcançado pelo perigoso inimigo de Salazar pareceu ao Povo uma derrota para a ditadura e uma vitória para a Democracia. A PIDE deixou de ser o sinistro poço que não mais podia escalar-se, de onde não se regressava ou de onde se voltava com os sinais evidentes da tortura.

Recorda-se que o dinâmico demolidor do regime, fugira do Hospital Escolar de Santa Maria, em Lisboa, para onde os seus esbirros tiveram de o levar, em virtude de precária saúde. Guardado à vista, dia e noite, Galvão evadira-se sensacionalmente em 16 de Janeiro, deixando uma carta agradecendo os cuidados que o pessoal do hospital lhe consagrada. Desde então, correram os mais descontraídos boatos acerca do ru-

mo que levava o oficial do "28 de Maio". Enquanto uns diziam que Henrique Galvão se encontrava já a caminho do Brasil, outros afirmavam que a polícia o assassinara e que a história da fuga não passava de um argumento mais, de entre as muitas "fitas" até hoje realizadas pela PIDE. Com efeito, não seria este o primeiro caso de assassinio, friamente executado nas dezenas de prisões políticas com que Salazar enfeitou o seu "paraíso"; e, infelizmente, talvez não seja o último, embora a hora tão anseada da Libertação do Povo Português esteja para breve.

Sobre o refúgio político de Galvão, ouviram-se também as mais desencontradas versões, chegando a dizer-se que o capitão entrara na Embaixada da Argentina, não como moço de fretes, mas transportado num caixote por um moço de fretes que, evidentemente, ignorava levar tão preciosa carga... Seja como for, Henrique Galvão é, desde o dia 17 de Fevereiro, um homem que, dentro em breve,

poderá decidir do seu destino.

O cinismo demonstrado pelo ministro da Presidência, Teotónio Pereira, também não deixou de se prestar aos mais desfavoráveis comentários por parte do Povo anônimo. Na verdade, declarar que o "caso de Galvão é o de uma pessoa condenada por um tribunal de direito comum", ultrapassa tudo o que, no capítulo largo das mentiras salazaristas, se tem observado. Henrique Galvão foi condenado, sim, por um tribunal fantasma, mas caracterizadamente político, devido às suas "atividades subversivas".

A impressão que se tem do asilo político que Henrique Galvão logrou solicitar à Argentina, é que pela sua atividade futura responde o seu mais próximo

passado: Galvão lutará enérgica e entusiasticamente pela libertação do Povo Português!

MUDANÇA DE DOMICILIO

No momento em que encerramos esta correspondência para o "Portugal Democrático", chega-nos a notícia de que o capitão Henrique Galvão passou a residir no domicílio pessoal do embaixador Ernesto Pablo Mayral, em virtude de serem deficientes as instalações da Embaixada Argentina. Pelo que sabemos, em nada se alterou a situação do opositor de Salazar.

É evidente que o pedido de asilo político feito por Henrique Galvão não pode prestar-se a confusões. Porém, o ditador e



HENRIQUE GALVÃO

seus acólitos não podem conformar-se à ideia de o verem em liberdade, tudo fazendo pela destruição do regime fascista. Mas não há dúvida de que também nesta batalha Salazar perdeu a partida.

ARQUIVOS DA HISTÓRIA

Humberto Delgado responde ao Governo de Salazar

"Portugal Democrático", inicia hoje a publicação de documento que assinalará uma das mais importantes fases da luta contra o governo ilegal de Lisboa. Trata-se dos diferentes quesitos e respostas que se relacionam com o processo disciplinar de que foi vítima o homem que a esmagadora maioria dos portugueses reconhece como seu incontestável Chefe: o Sr. General Humberto Delgado. É a seguinte a versão integral da primeira parte do sensacional documento que acaba de chegar à redação de "Portugal Democrático":

PROCESSO DISCIPLINAR LEVANTADO AO GENERAL DA FORÇA AÉREA HUMBERTO DA SILVA DELGADO

PRIMEIRA VERSÃO

1.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta que, em 18 de Julho p.p., dirigiu a Sua Excelência o Ministro do Interior onde, a par de desagradáveis afirmações políticas sobre a forma como decorreu o ato leitoral, se apresentou como arauto dum movimento político que intitula de "Movimento Nacional Independente"?

2.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria do opúsculo "Impugnação da Eleição Presidencial de 1958 pelo Candidato General Humberto Delgado", datado de 21-6-958?

3.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta que enviou ao Exmo. Almirante Américo Tomáz com data de 23-6-958 e onde fazia afirmações de extrema gravidade?

4.º Quesito

Promoveu V. Exa. a circulação, ou permitiu que circulasse, um panfleto intitulado "O Movimento Nacional Independente continua a luta da Oposição", datado de Junho p.p., onde se transcreve a carta já referida no 1.º quesito — se fazem incitamentos à luta contra o governo, luta que apelida de "Libertação Nacional"?

5.º Quesito

Promoveu V. Exa. a circulação ou permitiu que circulasse, um opúsculo intitulado "Carta aberta do General Humberto Delgado ao Novo Governo" e datado de 22-8-958, em que se transcreve uma carta dirigida por V. Exa. aos Exmos. Ministros que além de ser essencialmente política, azedamente crítica a atitude do Governo durante as últimas eleições presidenciais?

6.º Quesito

Confirma V. Exa. ter dirigido, em 1-10-958, a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional um requerimento pedindo o não cumprimento de uma ordem que recebera e que a breve trecho transforma numa reclamação recheada de comentários políticos impertinentes quer para Sua Excelência o Ministro, quer para alguns camaradas?

7.º Quesito

Confirma V. Exa. ter enviado duas cartas a pessoas amigas residentes nos Estados Unidos da América comunicando-lhes que o Governo Português estava tentando exilá-lo e sugerindo que comunicassem o fato ao jornal americano "New York Times" o que de fato sucedeu como se verificou no

número deste jornal de 4-10-958 e também no jornal canadiano "The Montreal Star", da mesma data?

8.º Quesito

São verdadeiras as declarações atribuídas a V. Exa. feitas a vários jornalistas e publicadas no número do "New York Times" de 6-10-958, em que se critica a atitude do Governo Português em face das manifestações populares do dia 5 de Outubro e onde aproveita a oportunidade para referir que o mesmo Governo está tentando exilá-lo?

9.º Quesito

Foi V. Exa. notificado directamente pelo Exmo. Senhor General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, dos despachos de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional e Subsecretário de Estado da Aeronáutica, ambos de 7 de Outubro último, em que no primeiro lhe era feita uma última advertência sobre a gravidade das infracções cometidas por V. Exa. após o período eleitoral e no segundo lhe era determinado que se abstinésse de toda e qualquer atividade política ou outra que se não coadunasse com as disposições do Estatuto do Oficial do Exército e do Regulamento de Disciplina Militar?

(Continua na pg. 2)

Intransigência e furia repressiva

Assinalávamos em nosso último editorial que a manobra de captação das simpatias da opinião brasileira empreendida pelo governo do sr. Salazar tinha falhado em toda a linha. No duplo intuito de desviar as atenções do "caso Delgado" e conseguir em Portugal aquilo que não fora possível no Brasil, os órgãos da propaganda salazarista desencadearam então uma intensa e ridícula campanha contra os opositores portugueses deste país e muito especialmente contra o nosso jornal. Pelas notícias que nos chegam de Lisboa, pelos pedidos de assinatura e cartas de incitamento vindos de todos os pontos da metrópole e do Ultramar, somos levados a concluir que a "Voz" e o "Diário da Manhã" apenas conseguiram aumentar o prestígio dos nossos colaboradores e de "Portugal Democrático", tendo-nos prestado, portanto, um inestimável serviço.

O desespero da gente que rodeia o Sr. O. Salazar traduz-se presentemente, numa onda de prisões e de perseguições de toda a espécie. A fuga de Henrique Galvão e, posteriormente, a sua entrada na Embaixada da Argentina, burlando a polícia, enfureceram de tal modo o "homem forte" e os seus colaboradores mais próximos que a tática da hipocrisia cedeu o lugar à tática do terror. O descontrolo governamental é completo e revela-se numa série de erros de palmaria cometidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em relação ao "caso Delgado". Servindo-se para o efeito da desacreditada agência UPI e da sua associada ANI, o governo do prof. de Santa Comba lançou a semana passada um balão de ensaio que apenas despertou sorrisos de piedade neste país, tão infantil era o esquema adotado. Em telegrama de Lisboa proclamava-se em tom sensacional que a vinda do general estaria iminente faltando apenas o Itamarati dar o seu acôrdo a uma proposta positiva do governo luso. Acontece, porém, que semelhante proposta nada continha de novo sendo a repetição pura e simples das inaceitáveis teses oficiais. O gen. Delgado sairia da embaixada, regressaria ao seu domicílio, iria ao Ministério, etc. Enfim, um conto para entreter criança... Ante a intransigência do Sr. Marcelo Matias e do seu chefe, o Itamarati não cede, por sua vez, mantendo-se nos seus pontos de vista. A questão ameaça eternizar-se surgindo aos olhos do mundo como uma segunda edição do episódio Haya de la Torre.

Entretanto, apegado à ilusão de que o regime ainda pode ganhar o terreno perdido no Brasil, o Sr. O. Salazar acaba de tomar a iniciativa de um "intermezzo" comico, enviando a este país dois dos seus homens de confiança com a missão de restabelecer para efeitos caseiros o mito da amizade brasileiro-salazarista. Para tanto não hesitou em se aproveitar das comemorações do centenário da fundadora das Misericórdias, mas a manobra foi oportunamente denunciada pelo Comitê dos Intelectuais Portugueses, morrendo pelo ridículo...



Delgado responde a Salazar A cortina de silêncio

(Continuação da 1.ª pág.)

10.º Quesito

Solicitou V. Exa. cópia dos despachos referidos no quesito anterior? E em caso afirmativo, recebeu-os?

11.º Quesito

Depois de V. Exa. ter sido notificado nos termos indicados no 9.º quesito, teria feito declarações ao correspondente do "New York Times" em Lisboa, referindo-se novamente ao exílio e criticando a atitude do Governo a este propósito?

12.º Quesito

É certo ter V. Exa. enviado, em 10-10-958, a Sua Eminência o Cardeal Masella, um telegrama, intitulando-se Chefe do "Movimento Nacional Independente"?

13.º Quesito

Confirma V. Exa. ter enviado, em 10-10-958, a Sua Excelência o Ministro do Interior, uma carta que lhe foi dirigida pela mulher de um preso, carta que fez acompanhar de um cartão seu, contendo expressões injuriosas para o Governo da Nação?

14.º Quesito

Confirma V. Exa., ter dirigido, em 20-10-958, uma confidencial com o n.º 109, aos senhores Vieira de Almeida, Artur Andrade, Moreira d'Assunção, Cunha Leal, António Sérgio e Arlindo Vicente, estabelecendo um plano de ação no campo político?

15.º Quesito

Confirma V. Exa. as informações enviadas em telegrama datado de 24-10-958, pelo correspondente em Lisboa do jornal americano "New York Times", onde se dizia que tinha V. Exa. sobre uma mesa de sua casa uma pistola alemã "Luger" carregada com dez balas que destinava a quem tentasse prendê-lo, chegando a proferir: "Eles querem guerra, te-la-ão"?

16.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta, dirigida ao Dr. Júlio de Mesquita Filho, Diretor do jornal "O Estado de S. Paulo" e publicada no número do mesmo jornal de 26-10-958?

17.º Quesito

Confirma V. Exa. ter assinado uma carta, conjuntamente com mais quatro indivíduos, dirigida a Sua Excelência o Ministro do Interior e datada de 28-10-958, onde se solicitaram facilidades necessárias à recepção do Sr. Aneurin Bevan, a quem teriam convidado para realizar em Portugal conferências de natureza política?

18.º Quesito

Confirma V. Exa. ter assinado uma carta circular, sem data, dirigida aos seus correligionários, pedindo uma contribuição destinada a custear as despesas com a estadia do Sr. Aneurin Bevan em Portugal?

19.º Quesito

Confirma V. Exa. ter enviado a Sua Santidade o Papa João XXIII um telegrama, intitulando-se Chefe do "Movimento Nacional Independente" e onde não só felicitava o Sumo Pontífice pela sua ascensão ao trono de S. Pedro, como terminava com referências tendenciosas sobre o atual regime político em Portugal?

20.º Quesito

Confirma V. Exa. ser signatário, conjuntamente com mais quatro individualidades, de um esclarecimento datado de 11-11-958, relativo à visita do Sr. Aneurin Bevan a Portugal, discutindo e criticando a atitude do Governo a propósito da nota oficiosa que publicou sobre o assunto?

21.º Quesito

Confirma V. Exa. ter concedido uma entrevista ao jornal "Daily

Mail" publicada no seu número de 12 do corrente, na qual fez afirmações de carácter subversivo como seja "us shall even use guns to get what we want"?

22.º Quesito

Confirma V. Exa. a autoria da carta a Sua Excelência o Ministro da Presidência, datada de 23 do corrente, protestando e investindo o Governo pelas prisões que por sua ordem se têm realizado e contendo a frase: "Não se entende que prazer haverá na insistência em tender-se para governar apenas sobre campos de concentração e cemitérios"?

PRIMEIRA RESPOSTA AOS QUESITOS

Lisboa, 11 de Dezembro de 1958

Como logo salientei verbalmente ao Senhor oficial averiguante, quando se me deu vista dos quesitos no dia 4-12-58, parte destes estão formulados de maneira que me inibe de responder singela e claramente — sim ou não. Na verdade o Senhor oficial averiguante a meu ver inadequadamente, após nas perguntas referentes a fatos, ou supostos fatos, apreciações da sua lavra que me poderiam levar, se eu respondesse da forma simples acima enunciada, a aceitar essas apreciações — o que não é o caso — ou a ter de dar respostas complicadas com ressalvas.

Exemplos:

— No 1.º Quesito apõe o adjetivo "desagradáveis" a "afirmações políticas" o que constitui como uma conclusão a priori;

— No 3.º Quesito em vez de me perguntar apenas se sou autor da carta, acrescenta: "onde fazia afirmações de extrema gravidade", o que levanta dúvida;

— No 5.º Quesito aparece o advérbio "azedamente" junto ao verbo "criticar", o que é uma questão de critério para ato posterior, se houver de dar-se, mas não para pôr em quesito;

— No 6.º Quesito o adjetivo "impertinentes" associa-se ao substantivo "comentários", isto sobre pergunta se sou o autor de um requerimento que entreguei pelas vias competentes e que por elas veio despachado;

— No 13.º Quesito fala de "expressões injuriosas" ao Governo, escritas num cartão de visita, expressões que eu não acho injuriosas;

— No 17.º Quesito permite-se o Senhor oficial averiguante introduzir a especificação "de natureza política" após a palavra "conferências" — a fazer pelo Sr. Bevan — especificação que, como logo se verificou, não consta da carta, havendo tal entidade baseado tal especificação no fato de ter redigido os quesitos depois e sobre a nota oficiosa do Governo, sofrendo a influência dela;

— No 19.º Quesito aparece o adjetivo "tendenciosas" aposto à palavra "referências" — ainda questão de critério;

— No 21.º Quesito usa-se o adjetivo "tendenciosas" aposto à palavra "referências" — ainda questão de critério;

— No 21.º Quesito usa-se o adjetivo "subversivo". Foi subversivo o 28 de Maio?

2 — Concluo que o Senhor oficial averiguante fez transparecer ou pôr já a inclinação inicial do seu espírito para julgar os meus atos talvez por tão diferente ser a sua estrutura política mental, em relação à minha. Na verdade, trata-se de oficial de passado monárquico ativo demitido, em oposição ao meu de estrutura vincadamente republicana; de oficial readmitido pela atual política e até escolhido durante o governadorado do ex-Ministro Santos Costa, para proceder ao processo disciplinar, em oposição a um oficial que entrou no "28 de Maio", se bateu no "7 de Fevereiro" e nada deve de favores à atual situação política; trata-se, enfim, de oficial de conhecidas tendências não liberais, em oposição a quem sempre as teve, até quando serviu a ditadura militar, que os de "28 de Maio" nunca previram as transformasse num regime de padrão nazi.

3 — Não se trata de caso sim-

ples — de uma praça de pré que faltou ao rancho — mas de matéria muito mais complexa, ligada até aos possíveis destinos próximos da nacionalidade.

A própria idéia de me mandarem para o Canadá a fim de ser ouvinte de Ciências Económicas, e o despacho de 7-10-58 de S. Exa. o Ministro da Defesa que reconhece a "posição politico-militar", dão um cunho mixto à situação.

Ora, não perpassa em todo o conjunto dos quesitos qualquer traço indicativo de que se tome o fato em consideração.

4 — A posição politico-militar consiste em que, por mais que se queira simulá-lo, não se trata apenas de um general. De fato e "de jure" sou um ex-candidato que se considera defraudado nas eleições como provei "ab absurdo" na Impugnação que apresentei.

O fato de não ter organismos oficiais para que apele, no regime vigente, não invalida a verdade reconhecida até por pessoas altamente colocadas na situação política, que como pseudo-argumento se limitam a dizer que "as eleições foram sempre assim".

5 — O Governo ingressando na O.N.U., por força do art. 4.º da Constituição tem obrigação de fazer eleições honestas, conforme o § 3.º do art. 22.º e art. 31.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem — base importante de ética civil que se não pode desprezar sem afrontar a parte civil da Nação e a militar — que por aquela é paga.

6 — Antes e acima da ética militar há uma ética "per se". Tanto que os revolucionários de "18 de Abril" foram absolvidos, apesar de todos, e especialmente eles próprios, saberem e dizerem que foram revolucionários contra o Poder que se dizia legítimo.

Notório o caso do Comandante Tenreiro, exercendo uma vintena de cargos ao ponto de apressadamente se eliminarem duas páginas duma publicação que continha a inacreditável lista enumerativa de tantas funções.

Durante a última campanha eleitoral, um coronel do ativo, de apelido Carrasco, e nas menos aconselháveis condições de ética, pois estava frequentando o curso do I. A. E. M., deu uma entrevista política, defendendo o meu opositor, Senhor Tomás. Política e da pior. Não foi incomodado.

Claro que ninguém se lembrou de ouvir um oficial do ativo a meu favor. Aliás se se lembrasse, a Censura cobardemente exerceria o corte, como exerceu, por exemplo, entre dezenas, na luta de telegramas entre o major Baltazar a defender o Senhor Oliveira Salazar, e o tenente inválido Moreira Lopes a defender o General Humberto Delgado. O último telegrama foi cortado pela Censura, apesar de partir de um oficial fora do ativo.

Conclusão: Um oficial fazer política, para este Governo é fazer a contra-éle. Quando é a favor muda de nome e não sei como se chama.

No tempo em que ainda não me considerava traído como soldado "28 de Maio", fiz diversos discursos políticos, um deles, o principal, por indicação do Senhor Santos Costa — então Ministro ou Subsecretário — e ouviram-me umas centenas de oficiais. Não era política...

Generais com grandes forças sob o seu comando, enviaram telegramas políticos ao Chefe do Governo (até a falarem em nome dos seus oficiais, vexando-os como leitores que são), nitidamente a crear ambiente contra o seu camarada general, candidato independente.

Na Póvoa de Varzim, durante a campanha eleitoral, um major, presidente de camara, à paisana, chefiava grupos de contra-manifestantes ao Candidato Independente.

Por tãda a campanha, oficiais de pistola e capacete de aço barravam os meus cortejos, forçando-me a entrar nas cidades por vezes sózinho, cumprindo ordens do ex-Ministro da Defesa.

7 — No Governo se encontram uns cinco oficiais do ativo e, como acaba de dizer o Chefe do Governo, em contraoposição aos que desejam designar-se por ministros-técnicos "todo o ministro é um político".

(conclui no próximo número)

LEITORES DE LISBOA, DO PORTO, DAS CIDADES E ALDEIAS DE PORTUGAL E DO ULTRAMAR

Este jornal é feito para vós; quanto maior for o número dos que o lerem maior será a nossa satisfação e maior o serviço prestado ao País.

por Guilherme de Figueiredo

façanhas da polícia e do Tribunal de Segurança Nacional.

Se assim tivessem procedido os exilados cubanos perseguidos por Fulgêncio Batista, nenhum jornal brasileiro estamparia aquela pungente foto de um rebelde cubano com as mãos decepadas pela "legalidade"; ninguém saberia das atrocidades que tornam agora muitos daqueles legalistas criminosos de guerra. Ter-se-ia a impressão de que Fidel Castro e seus partidários estariam apenas destruindo um governo e um país sangrando em mar de rosas.

Existem em todo o mundo Comités da Europa Livre; em todo o mundo onde haja imprensa livre, aí estão estampados crimes e diséitadas atitudes — e não é outra a função de uma imprensa livre. Toda vez que, na América, um jornal sofre um atentado contra a sua liberdade de informar e opinar, uma associação de jornalistas pan-americanos vem a público e protesta e denuncia. Graças a isto voltou a existir "La Prensa" na Argentina. Graças a semelhantes movimentos da consciência democrática do mundo, parcelas do mundo recuperaram suas liberdades democráticas.

LEITOR DO BRASIL

Portugal Democrático nasceu do teu patriotismo e da tua generosidade. Para que a sua presença na vida portuguesa seja cada vez maior é preciso, indispensável que o teu auxílio seja também maior.

Por que não há de ser assim sempre? Por que, em nome do que quer que seja, devemos impor silêncio àqueles que agasalhamos justamente porque em nossa democracia encontram um clima de agasalho? Por que citar o exemplo de um lamentável erro poético dos constitucionais brasileiros, como a lembrar apenas as formosas consequências desse erro? Existe alguma coisa que deve pairar acima de pruridos de gentileza, justamente porque representa um amor mais alto: a consciência democrática. Ela deve respeitar o direito de protesto, o direito de informar e ser informado, o direito de dar ou negar razão. Há bem pouco tempo se falava de uma única cidadania para portugueses e brasileiros. Que cidadania é esta que recusa o direito de opinião num país democrático?

("Diário da Noite", 26-1-59)

Os portugueses na Venezuela organizam-se contra Salazar

Conforme noticiaram as agências telegráficas internacionais, fundou-se recentemente em Caracas a Junta Patriótica Portuguesa, que pretende congrega todos os portugueses que residem na Venezuela na luta geral contra o fascismo de Salazar.

O "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão", com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro, apressou-se a saudar o novo grupo de resistência anti-ditatorial, sugerindo, ao mesmo tempo, uma frente comum contra o governo ilegal de Lisboa.

Acaba a Junta Patriótica Portuguesa, de Caracas, de nos enviar os seguintes telegramas:

"Ao Comité dos Intelectuais e Artistas Pró-Liberdade de Expressão", a Junta Patriótica Portuguesa agradece a saudação e afirma todo o apreço aos esclarecidos amigos e lutadores democráticos.

O outro telegrama, endereçado ao jornal "Portugal Democrático", declara: "A Junta Patriótica Portuguesa sauda o valente órgão que tomou a seu cargo a defesa da causa democrática em Portugal e solidariza-se com os inimigos da ditadura de Salazar".

A hora de Henrique Galvão

JOÃO ALVES DAS NEVES

Paradoxalmente, é no exílio que Henrique Galvão ensaia os primeiros passos no caminho que o conduzirá à liberdade definitiva. Quanto à sua atividade futura, nem Salazar nem os seus derradeiros apaniguados conservam quaisquer dúvidas: o prisioneiro de ontem combatê-lo-á até à última gota de sangue, para que os portugueses deixem de ser estrangeiros na sua própria pátria.

A tempera de Galvão é, com efeito, inacomodável à neutra tranquilidade de qualquer exílio político: na Argentina ou no Brasil, na África ou na Europa, onde estiver o homem que jurou o extermínio do fascismo luso, erguer-se-á a bandeira da insurreição contra Salazar e a sua "clie". Eis porque este regresso à liberdade tem o significado da conhecida ameaça chinesa que fica pesando, suspensa, permanentemente... O militar que nunca recuou ante o perigo; o escritor que sempre ofereceu a sua pena às causas que considerou justas; o orador que não teve medo, em todas as circunstâncias, de proclamar o que sentia, não prossegue uma batalha por simples espírito de desforra. Sabe que, com ele, nas diferentes linhas em que se alarga o combate, está a maioria dos portugueses que, por distinção, o elegeram como um dos mais sólidos e vibrantes lutadores da democratização do país.

Depois do inferno que viveu nas marmoras salazaristas desde 1952 até há pouco mais de um mês, a seguir aos processos-fantasma que "judicialmente" lhe moveram e ao sucessivo agravamento das pesadas penas que lhe aplicaram os "tribunais" fascistas, Henrique Galvão saboreia, finalmente, os primeiros dias de paz. Não pode sair dos estreitos limites de uma embaixada, mas é um homem livre, pronto a tudo recomençar, tão livre como no dia em que se rebelou contra o regime que, por idealismo, ajudara a alicerçar com a sua espada e a sua inteligência. Um homem que, como ele, passou a atacar um governo, quando este atingira os pináculos da fama e da força, apenas e porque esse governo permanecia insensível em face das denúncias evidentes de corrupção e de crimes; um homem que repeliu todas as honrarias e os pingues lucros de qualquer governariato nas terras ricas do Ultramar Português, assim como as perspectivas bem próximas de algum cobigado ministério; um homem que, a despeito de todas as tentações e solicitações, escolheu a mais perigosa das estradas — não pode deixar de ser eredor do respeito e da admiração dos seus compatriotas.

Renunciando a todas as comodidades, aceitou o áspero e arriscado caminho da luta. Pela sua e pela dignidade dos portugueses, Galvão, quando não pôde lutar mais à luz do Sol, enveredou, sem hesitar, pela clandestinidade. Mas, até há pouco, a polícia política não dormia no paraiso erido por Salazar à custa da miséria dos portugueses e aureolado por uma fabulosa "cortina de escuridão". "Julgado" e condenado duas vezes, a última das quais por "delitos políticos" cometidos na prisão, nada conseguiu, porém, vencer ou diminuir, sequer, uma energia indomável. A partir de agora, o seu espírito de resistência vai encontrar horizontes mais amplos. Acabaram as declarações que, por detrás das grades, mandava aos grandes oligarcas do regime, e em especial ao seu chefe supremo, através das quais desmascarava, crua e impiedosamente, as inconfessáveis atividades dos capitães da "gang" que, há três décadas, suga a economia nacional. Terminaram igualmente os dolorosos mas lúcidos artigos e cartas que conseguia fazer passar para lá dos muros onde o tinham aprisionado. Dentro em breve, Galvão será, no seu exílio, um homem tão livre quanto o pode ser o estrangeiro fora da sua pátria.

Combativo e corajoso, as qualidades que sempre o recomendaram, mantêm-se intactas, apesar da prisão e da doença. E a audácia continua a par do engenho. Haja em vista os dois atos que forjou, confirmando que permaneceu desperto os dotes do dramaturgo: primeiro, a rocambolesca fuga do hospital lisboeta onde estava guardado à vista, permanentemente, pelos esbirros da polícia salazarista; depois, a não menos rocambolesca entrada do homem perseguido no edifício da embaixada argentina, rigorosamente vigiada pelos agentes que, do Minho a Timor, sustentam o regime pelo terror.

É que, como Humberto Delgado, Henrique Galvão também é "um homem sem medo". Foi num dos comícios da campanha do almirante Quintão Meireles para a presidência

da República, em 1951, que o ex-deputado da chamada "união nacional" lançou, perante mais de três mil pessoas comprimidas numa garagem de Lisboa, as mais violentas acusações até então publicamente feitas contra o regime de Salazar. De estatura média, os cabelos já meio embranquecidos, os gestos rápidos, a face serena, um olhar severo, denunciou, calma mas indignadamente, as maiores ilegalidades e abusos cometidos pelos mais próximos colaboradores de Salazar nas paragens africanas onde tremula ainda — por quanto tempo, se o fascismo durar? — a bandeira portuguesa. A violência da sua linguagem e a força das suas acusações só vieram a encontrar paralelo nas proclamações que o seu companheiro e amigo Humberto Delgado viria a empregar nos dias agitados mas esperançosos de maio de 1958. Nesse comício, Henrique Galvão destruiu todo o belo edifício erguido pela propaganda de Antonio Ferro, a golpes de milhões de escudos, dentro e fora do país, nomeadamente os estribilhos de que a comunidade de ideias e de objetivos é perfeita entre negros e brancos de Angola, de Moçambique e de outras províncias ultramarinas.

Nessa época, a situação não se deteriorara ainda ao ponto observado quando das "eleições" de 2 de junho passado: os "resultados" que a chamada "união nacional" se viu forçada a publicar (mau grado a "fiscalização" em sentido único, a presença da PIDE na boca das urnas, a "aprensão" de certos boletins de voto e todos os etc. que o Mundo conhece) revelaram que, em Angola e Moçambique, o candidato do governo só venceu numa cidade importante das duas maiores províncias ultramarinas. Nas restantes, Humberto Delgado obteve confortável maioria. Daí que os democratas portugueses, não só no Brasil mas em Portugal, denunciem o perigo que significa a continuação do fascismo para o futuro do Ultramar Português. Não admira, pois, que jornais como o "Diário da Manhã" (órgão da chamada "união nacional") e

"A Voz" (cujo déficit é coberto pelos gigantes fundos da mesma organização), abandonando momentaneamente os "slogans" de que todos aqueles que não pedem à censura nem à PIDE licença para exprimirem o que pensam são comunistas, chamem "traidores" aos que apontam a desesperada realidade angolana e moçambicana.

Fácilmente se compreende que a onda nacionalista iniciada em toda a África do Norte, do Atlântico ao Mediterrâneo, tenha desceido para o sul. A sua progressão parece irreversível. Uma só pergunta pode fazer-se: quando atingirá Angola e Moçambique? E outra observação surge natural: o descontentamento provocado pelos abusos do regime salazarista apenas contribuirá para fortalecer a "onda". Então, não haverá polícia nenhuma (haja em vista, o caso argelino, que é naturalmente diverso, mas que serve para termo de comparação) que possa enfrentar um levante organizado e generalizado. Eis por que, caia cedo ou não, a Salazar e aos seus cúmplices, o povo português pedirá contas pela desgraçada e quase insustentável posição para a qual empurraram Angola e Moçambique.

Só a instauração de uma democracia autêntica poderá, ainda que precariamente, resolver os problemas angolano e moçambicano. Apenas um homem da envergadura intelectual de Henrique Galvão, sem dúvida o maior especialista das questões ultramarinas, pode, com o seu prestígio e os seus conhecimentos profundos dos problemas africanos, tentar a conciliação dos interesses, exteriores e internos, em que se debatem as mais extensas províncias portuguesas. Esta é mais uma razão, se outras, e decisivas, não existissem, para que os portugueses saíam, com toda a esperança, a libertação que de si próprio Henrique Galvão logrou alcançar. É ainda por que, com a hora de Henrique Galvão, se apressou a causa da democracia portuguesa para a vitória decisiva.

(De "O Estado de S. Paulo", 22-2-59)

"Não exprime a Federação das Associações Portuguesas o verdadeiro desejo do povo"

Em nome do Comité dos Intelectuais Portugueses, a sua secção do Rio de Janeiro distribuiu à imprensa carioca nos primeiros dias de Fevereiro o seguinte comunicado:

"Os intelectuais portugueses radicados no Brasil, a cujo clima de liberdade e sentido humano devem uma fortuna — a de poderem continuar a exprimir-se e a viver — lamentam ser forçados a deplorar publicamente que a Federação das Associações Portuguesas, perdendo qualquer noção de equilíbrio ouse exprimir em nome do povo português o contrário do que ele sente". E esclarecem em seguida:

"1 — Não há identidade política entre os signatários, unidos apenas no culto da liberdade de pensar e de escrever;

"2 — também acatam os poderes constituídos, onde forem constituídos, isto é, formados pela vontade que o povo livremente manifestou;

"3 — também entendem que problemas políticos devem ser debatidos dentro do país onde surgem, salvo quando Censura. Propaganda e Política, esmagam a expressão do pensamento, impondo à dignidade deste que se exprima onde puder;

"4 — nenhum dos signatários foi jamais convidado a falar por entidades da Federação, mesmo em comemorações históricas — assim se documentando que, longe da "isenção política" que hoje preconiza, a Federação exerce no Brasil a censura conforme pode;

"5 — elementos seus auxiliam órgãos locais de imprensa portuguesa, e a nenhum dos signatários que vivem da pena ousariam aqueles oferecer trabalho, pois têm de seguir a propaganda e a censu-

ra com as quais o núcleo dirigente da Federação faz aquilo mesmo que hoje condena: "impor suas tendências pessoais".

"6 — num caso como o do asilo concedido ao General Humberto Delgado, a atitude imperativa para qualquer governo português, consciente da sua função, era a concessão imediata das facilidades que o Brasil solicitava; fossem quais fossem os julgamentos que a situação do asilado inspirasse ao governo, atender um pedido do Brasil que emanava na sua consciência generosa (por mais imerecida que tal generosidade se julgasse) era dever e era honra, até por obediência ao sentimento unânime do povo português;

"7 — a Comunidade Luso-Brasileira não é a mais bela união que os homens "tentaram", porque é a que já realizaram, no sangue; mas só sairá politicamente de oratórias e brindes, quando puder ser a aglutinação efetiva e afetiva que povos livres realizam em obediência ao seu interesse e à sua missão;

"8 — lamentam os signatários, que quando a própria Igreja portuguesa por suas vozes mais autorizadas, já não oculta a condenação que merece a situação atual, ainda na livre América possa surgir uma Federação Portuguesa de tão vasto âmbito que, em vez de usar toda a sua força a reclamar do governo de Lisboa aquiescência ao pedido brasileiro, se mobiliza ao serviço da política totalitária, revelando-se mais papista do que S.E. o cardeal Cerejeira;

"9 — sincera consideração merecem em regra indivíduos que são hoje componentes da Federação ou dos grêmios por ela englobados e cujas vidas de trabalho construtivo tem o respeito dos signatários; lamentam estes apenas que esses homens, alguns dos

Telegrama do Comité dos Intelectuais Portugueses ao Presidente Frondizi

Logo que tomou conhecimento do pedido de asilo apresentado pelo capitão Henrique Galvão ao refugiar-se na embaixada argentina em Lisboa, o Comité dos Intelectuais Portugueses Pro-Liberdade de Expressão telegrafou na própria tarde de 17 de Fevereiro ao Presidente Frondizi. Damos a seguir o texto do telegrama:

"A sua excelência Arturo Frondizi, presidente da República Argentina — palácio presidencial — Buenos Aires:

O "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão", interprete no Brasil do espírito de resistência de milhões de portugueses que há 32 anos vêm lutando para se libertar da ditadura que os oprime, agradece, na pessoa de vossa excelência, o asilo concedido ao capitão Henrique Galvão, gesto que honra as nobres tradições da República Argentina e que Portugal inteiro, comovidamente, sente e aprecia em silêncio".

(aa) Adolfo Casais Monteiro (escritor), Agostinho da Silva (professor universitário), Carlos Maria de Araujo (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Lemos (pintor), Fernando Queiroga (oficial do Exército), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sar-

mento Pimentel (oficial do Exército), João Alves das Neves (jornalista), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), José Pedroso de Lima (ex-diplomata), José Santana Motta (jornalista), Maria Archer (escritora), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Paulo de Castro (jornalista), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Baleizão (engenheiro), Vitor da Cunha Rego (jornalista), Vitor Ramos (professor universitário), Tomaz Ribeiro Colaço (escritor) e Zaluar Nunes (professor universitário).

Proclamação do "Movimento Nacional Independente"

Datada de 7 de Fevereiro de 1959, e sob a assinatura de Rodrigo Teixeira Mendes de Abreu, fez o "Movimento Nacional Independente" circular uma Proclamação em que, depois de fazer um resumo das arbitrariedades a que foi submetido o candidato da Oposição, General Humberto Delgado, durante a campanha eleitoral, protesta contra a decisão do Governo de "privar este Oficial General do uso de uniforme e insignias militares, ficando também, disciplinarmente, sob a alçada do foro militar, passando ao foro civil no que seja considerado ato criminal", segundo palavras expressas do Chefe de Gabinete do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, em 7 de Janeiro último. Afirma após o M.N.I. que as desobediências de natureza política do General Delgado são legitimadas, mais que não fosse, pelos 22% de votos (publicamente reconhecidos pelo Supremo Tribunal de Justiça) que sufragaram sua candidatura. Votos esses que legitimam também a continuidade de funcionamento do M.N.I., dado que esta organização se fez oficialmente reconhecer como representante de uma vasta parcela da opinião pública portuguesa.

Na mesma proclamação é ainda rebatida a declaração governamental de que o General Delgado não estava nem ameaçado de prisão, nem impedido de sair do país. Porque motivo lhe foi então negado o visto de saída para o Brasil em Setembro de 1958, e para o Vaticano em Outubro de 1959? pergunta-se. E mais à frente: porque estava então sob a vigilância contínua da Pide? Que motivos levaram o Governo a não proibir a manifestação pública de 12 de Janeiro último frente à residência do General Delgado, ao mesmo tempo que destacava para as artérias próximas fortes contingentes policiais, senão o de promover uma escaramuça que trouxesse como consequência imediata a detenção do General sob a acusação de perturbador da ordem pública?

Termina a Proclamação apelando "para que todos, incluído o próprio Governo, se compenrem na necessidade imperiosa de uma compreensão mútua, em nome das responsabilidades diante do futuro, para que Portugal viva em Democracia e o seu Governo garanta a todos os portugueses, sem distinção, os direitos que lhes são devidos como cidadãos e membros colaboradores da realidade que é o Portugal de hoje e de amanhã.

Portugal Democrático

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Caixa Postal 5294
São Paulo

Diretor-Responsável:

OTAVIO MARTINS DE MOURA

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 18 horas

Assin. especial ... 100,00
Número avulso ... 3,00

"Portugal Democrático" e os seus leitores

A administração de "Portugal Democrático" está procedendo a uma reforma dos seus serviços, a fim de efetuar uma distribuição mais eficiente em todas as "bancoas" de jornais de São Paulo, do Rio de Janeiro e das principais cidades brasileiras. Atendendo, por outro lado, aos constantes pedidos de assinaturas vindos de todas as partes do Mundo, a partir deste número a tiragem de "Portugal Democrático" é praticamente duplicada, de modo que a todos os portugueses livres possa chegar a voz da resistência contra a ditadura salazarista. Não queremos, no entanto, deixar de lembrar a todos os nossos leitores, portugueses ou não, que este jornal, feito por um grupo de portugueses residentes em São Paulo, graças ao apoio que lhe tem sido oferecido por todos os democratas, é um jornal pobre. Vivemos do auxílio que nos prestam os democratas portugueses e os verdadeiros amigos de Portugal. Por isso solicitamos a todos que colaborem na difusão de "Portugal Democrático", por todos os meios que entenderem mais eficazes.

Por intransigência de Salazar o caso Delgado continua sem solução

Decorrido um mês e meio sobre o pedido de asilo do general Delgado, o assunto continua a despertar o maior interesse na imprensa e na opinião brasileiras ante a atitude de intransigência assumida pela ditadura portuguesa. Até personalidades como J. E. Macedo Soares do "Diário Carioca", tradicionalmente benevolos no tratamento dispensado ao "homem forte", se apressam a condenar o seu procedimento inqualificável. Na impossibilidade de dar publicidade às dezenas de artigos vindos a público acerca do problema, recolhemos apenas alguns depoimentos de escritores e jornalistas de projeção nacional e um editorial de "Última Hora" — jornal que não raro exprime o ponto de vista do Catete.

Defesa das liberdades humanas

Os porta-vozes da ditadura portuguesa estão alegando que os casos de asilo político nas Embaixadas do Brasil e da República Argentina diferenciam-se substancialmente. O do general Humberto Delgado seria uma simples alegação da vítima. A prova é a que oferece a própria política de Salazar, a qual assevera suas intenções inocentes, fazendo crer que não pretende, de forma alguma, molestar o bravo cidadão, chefe da oposição libertadora do seu País. Mas quanto ao capitão Henrique Galvão o caso é o mesmo. Nesta ocorrência não é possível negar as sucessivas condenações e prisões da vítima todas formando um conjunto de perseguições de caráter nitidamente político pretendendo a polícia salazarista que o fato de ter sido condenado o réu desclassifica a perseguição transformando-a em simples ato de justiça comum.

A verdade é que tanto Delgado na Embaixada brasileira como Galvão na Argentina — estão perfeitamente abrigados não somente pela firmeza da interpretação humana e jurídica da tradicional doutrina das repúblicas da América Latina, como pela solidariedade das Chancelarias dos dois países do hemisfério em causa diante da evidência do crime de opinião que as duas vítimas estão purgando.

Não há dúvida que a política exterior, cruelmente egoísta de Washington — tapava os ouvidos e cerrava os olhos quando subia nas suas Embaixadas o clamor das vítimas dos pronunciamentos e ditaduras dos caudilhos. Mas essa política egoísta e interesseira já produziu seus frutos envenenados na incontestável inimidade que a grande nação do Norte despertou na generalidade dos países americanos.

Todo o mundo civilizado está de olhos voltados para o inevitável desfecho da crise dos asilos diplomáticos em Lisboa. Com as mesmas razões e motivos, Kubitschek e Frondizi, estarão de mãos dadas, decididos e não recuar um centímetro da posição que assumiram, amparando o direito das vítimas, que invocando o princípio da extraterritorialidade dos locais da representação diplomática, procuram preservar suas liberdades fundamentais, ameaçadas por um Governo ilegítimo.

Resta-nos testemunhar a elevação e inteligência com que o velho Salazar se vai conduzindo num caso que tem tanto de policial como de relações internacionais. Por certo não vai ser agradável ao simpático tirano a instalação no Brasil ou na Argentina de elementos com a tenacidade e o espírito de sacrifício de que tem dado mostras os dois asilados portugueses. Mas esse será problema da ditadura que por toda parte tem esbarrado na obstinação de durar, sendo que a lusitana está na verdade exagerando com seus 32 anos de Poder, intolerante e fanático.

J. E. de Macedo Soares
(Diário Carioca" 18-2-59)

C. caso Delgado

Curiosos são os rumos que está a tomar esse caso do asilo dado pela Embaixada do Brasil ao General Humberto Delgado, candidato derrotado, da Oposição à Presidência da República Portuguesa, nas últimas eleições.

Pareceu a todo o mundo que, uma vez concedido o asilo, o assunto estaria liquidado. Ao gover-

no português, tudo o que competiria seria dar-lhe o salvo-conduto para que saísse do país. Não o fez, porém, alegando que o General não estava ameaçado, e que tudo o que lhe cumpria era voltar para a sua residência.

Não interessa indagar, porém, se o General estava ou não ameaçado de prisão. O que interessa é o fato de que ele próprio se sentiu ameaçado e solicitou e obteve a proteção da bandeira brasileira. Não há indagações posteriores a fazer. Concedido o asilo, não fica sequer bem discutir as causas que o provocaram. Nenhum "arreglo" é mais possível. Ainda está bem fresca na memória de todos o caso monstruoso dos chefes da revolução húngara, que buscaram asilo na Embaixada da Iugoslávia, em Budapeste. Houve um entendimento. Foram mandados para casa, com todas as garantias, para serem exilados na România. Depois, viram-se traiçoeiramente fuzilados pelos comunistas, em julgamento secreto de que somente se teve notícia meses mais tarde.

Não há nem sequer o caso de crime político associado a crime comum, que poderia provocar restrições. É o próprio governo português quem declara nada haver contra o General Humberto Delgado, que pode, impunemente, voltar à casa.

Mas se ele não quer voltar à casa, o governo brasileiro somente terá de insistir no respeito ao asilo concedido. E a nossa Embaixada chegou ao máximo ao propor três fórmulas para a saída do General: a) concessão de um salvo-conduto até a fronteira; b) saída do General, acompanhado, pessoalmente, pelo Embaixador Alvaro Lins; c) vinda do General para o Brasil, com passaporte de emigrante. Todas foram recusadas. E isso em uma época em que vimos, faz pouco, o governo revolucionário argentino respeitar o asilo dado a Perón por uma canhoneira paraguaia, surta no Rio da Prata. E tratava-se, no caso, de crime político associado a crime comum, comum, pelo menos o de dilapidação dos dinheiros públicos.

Dir-se-á que os governos europeus não concedem, em geral, o direito de asilo. Mas, no caso especial entre Portugal e o Brasil, há a questão da retribuição que, nas relações entre os povos, forma direito. Portugal, por mais de uma vez, deu asilo a políticos e militares brasileiros, envolvidos em luta civil. É de recordar que, na Revolta da Armada, em 1893, os navios portugueses, surtos no porto, asilaram cerca de 500 oficiais revoltosos, tendo o governo português enviado o navio "Pedro III" para os receber e para mandá-los a Lisboa, deixando-os, porém, sair em Montevideu, abrigo-se na província de Entre-Rios, de onde invadiram o Rio Grande, continuando a luta. "O governo brasileiro ficou tão indignado, reza o historiador Rafael Galanti, pelo proceder daqueles navios portugueses, que cortou as relações diplomáticas com Portugal".

Mas não foi somente naquela ocasião. Quando, em 1937, houve, no Rio, o golpe integralista, dezenas de rebeldes asilaram-se na Embaixada Portuguesa. E o governo de então, que era mais ditatorial que o atual de Portugal, respeitou o asilo e deu salvo-conduto a todos, a fim de se exilarem na antiga metrópole.

O fato é de ontem e todos dêle se lembram. Como é, então, que o governo português está a criar problemas em torno do asilo concedido ao general Humberto Delgado, que é apenas um político de oposição, que não pegou em armas, como fizeram os integralistas, e contra o qual ele mesmo confessa não haver nenhum procedimento criminal?

Admira que um homem da inteligência de Antônio Salazar, que conta tantas simpatias no Brasil, esteja a perturbar as boas relações que devem existir entre os nossos dois países, por um capricho da segunda idade. Afinal de contas, o Brasil tem feito tantos favores a Portugal, muito especialmente na sua pendência com a Índia, em torno de Diu, Damão e Goa, que os brasileiros se sentem verdadeiramente chocados, em face de atitude tão insólita.

Em assunto como este, não há como ceder. O povo brasileiro espera do seu governo uma atitude de mais absoluta firmeza.

Theophilo de Andrade
"O Cruzeiro", 28-2-1959

"Portugal, mitos e realidade"

Em 1926 (último ano da democracia) Portugal tinha 32% de analfabetos, hoje, tem 40%; a produção têxtil é 20% menos do que em 1953; Portugal, com todas as colônias (2.08 milhões de quilômetros quadrados e 11,8 milhões de habitantes) tem a mesma produção de energia elétrica da Turquia, e produz menos cimento do que o Chile; número de calorías diárias (depois de 30 anos de "revolução nacional") é de 2.356, ou seja, o mais baixo nível da Europa e só comparável aos países asiáticos mais atrasados; com toda a sua polícia política alimentada por infundáveis verbas secretas, Salazar, não evitou, nos últimos meses, as seguintes greves: 4.000 pescadores, em Matosinhos, da fábrica de "Senhora da Hora", de Montemor o Novo, Almada e Vila Franca de Xira. Não evitou que Galvão, ajudado pela Resistência interna, fugisse, nem que o general Delgado chegasse até a Embaixada do Brasil, e conseguisse, graças à posição firme e digna do Itamarati, salvar-se da prisão e da humilhação. A Igreja manifeste-se inteiramente contra Salazar, primeiro o bispo do Porto e agora o documento do próprio Episcopado. A ditadura desintegra-se e bastaria que os Estados Unidos se lembrassem de que são um país democrático para Salazar cair automaticamente sem amparo interno ou externo. O apoio dado hoje pelo Estados Unidos a Salazar é o único que lhe permite ainda manter-se no poder. E o momento dos Estados Unidos saberem se querem ter amanhã em Portugal um país amigo (amigo, mas independente no sentido total da palavra) ou um povo que ao ver um americano nele seja obrigado a ver um cúmplice da ditadura. No Brasil a reação é magnífica em favor do general Delgado e das liberdades democráticas em Portugal. Os salazaristas do Rio estão desorientados perante esta reação e a última prova teve-a na maneira nervosa com se comportaram depois de eu ter falado sobre a situação política e a vinda do general Delgado para o Brasil no excelente programa de Carlos Thiré, "Sem Censura", na TV-Rio.

Quero, aliás, aproveitar a oportunidade para agradecer a Thiré este programa, em que a par de uma repulsa pela ditadura se exprimiu um profundo afeto por Portugal.

Paulo de Castro
"Mundo Ilustrado", 7-2-59

Chega de Salazar

O Sr. Teotónio Pereira, ministro da Presidência, repete, a propósito do caso Galvão, aquela "boutade" solista sobre o caso do general Delgado. O general poderia sair a qualquer momento de Portugal desde que cumprisse as necessárias formalidades. Não havia motivo, portanto, para que se asilasse na Embaixada do Brasil. Mas, como se asilou o governo português lhe nega salvo-conduto...

Sabemos que o Teotónio diz inverdades pela gorja. Duas vezes quis o general Delgado sair de Portugal e duas vezes lhe foi negado o passaporte. Ele era prisioneiro de seu próprio país e sentiu, depois que lhe tiraram as imunidades do generalato, que ia para a cadeia mesmo.

Mas vamos que tenha se enganado; vamos que não estivesse na eminência de ser preso. Que custava ao governo português permitir que ele fosse até o aeroporto acompanhado pelo nosso embaixador e embarcasse para o Brasil? Sabemos que todas as diligências feitas pelo Itamarati para encontrar uma fórmula qualquer que resolvesse o impasse foram repelidas. O Salazar empacou: não transige.

Ora, está claro que o embaixador Alvaro Lins não pode nem deve entregar o general Humberto Delgado à sanha do ditador. A honra do Brasil está comprometida no asilo que seu embaixador deu a um perseguido político. O embaixador do Brasil agiria como o mais reles dos "tiras" da ditadura se procedesse de maneira diferente. Toda a consciência democrática do Brasil e de Portugal está a seu lado.

Sabemos que já houve uma certa manobra infeliz: outro embaixador brasileiro, também jornalista, fora a Portugal ver meios de vencer o impasse. Não sabemos se a idéia

foi do Itamarati ou do Catete. Sabemos que o embaixador Alvaro Lins dispensou dignamente os prestimos de seu colega — e fez muito bem. Ora, não vemos por que motivo deva o governo brasileiro querer passar para trás o seu representante em Lisboa, cuja atitude foi totalmente correta e dentro de nossas melhores tradições. A ingerência de qualquer outro diplomata no caso é incabível. Ao governo de Lisboa e não a nós é que compete procurar uma solução: nós já temos a nossa, que é a normal, jurídica e humana — trazer o homem para o Brasil. A grosseira teimosia do governo lusitano não pode fazer o Brasil mudar de atitude: deve servir apenas para nos mostrar que temos sido demasiado generosos e benevolos com Salazar.

Por que não rever nossa posição no caso de Goa e desse tratado todo especial de amizade — de uma amizade que o Salazar despreza e pisa com a pata pesada de sua diplomacia?

Somos uma democracia e, por isso mesmo, que já fomos colônia, uma nação anticolonialista. Vive-

mos, entretanto, por amor a Portugal, a engulir sua torva ditadura e defender os interesses de seus negociantes de secos e molhados estabelecidos em Goa. Temos errado, e pagamos agora nosso erro. Que o general Delgado viva até o fim de seus dias dentro de nossa embaixada, já que o Salazar não deixa que ele venha para nossa terra. Mas deixemos de servir de para-raios, na ONU e no mundo, a uma ditadura torpe e a um império de bobagem.

Rubem Braga
"Diário de Notícias" 20-2-59

General Delgado: Problema irritante

Em 13 de janeiro, há mais de um mês, refugiou-se na Embaixada Brasileira, em Lisboa, o líder oposicionista luso gal, Humberto Delgado. Desde 13 de janeiro, pois, a situação criada por esse acontecimento permanece no mesmo ponto. Desde 13 de janeiro, o Itamarati não deu uma informação ao povo português e ao povo brasileiro — igualmente interessados na solução do problema, e com iguais direitos nisso — a respeito do assunto. Desceu uma cortina de silêncio profundo sobre o fato. E claro que está acontecendo muita coisa sob a cortina — não é indispensável argüir para perceber que a diplomacia brasileira encontra séria resistência, tenaz insolita, irritante, brutal, da parte de um governo que está perdendo os seus apoios e de muito começou a utilizar os recursos próprios dos desesperados. Isso se explica, no caso Salazar. Trata-se de uma ditadura. As ditaduras se caracterizam precisamente por não se julgarem obrigadas a prestar esclarecimentos ao povo, cuja liberdade suprimiram. Há uma lógica nesse procedimento.

Não é o caso do Brasil. Não estamos submetidos a uma ditadura. O nosso presidente fala, com uma frequência e com uma constância que já lhe caracterizaram o procedimento, ao povo. Dá contas do que fez e do que pretende fazer. Temos liberdade de opinião, com a imprensa defendendo os mais variados pontos-de-vista. Temos partidos organizados, e o Congresso se reparte entre bancadas governistas e bancadas oposicionistas. Os debates são ali calorosos. Não há lógica alguma nesse silêncio comprometedor, que pretende aliás, como o segredo de Polichinelo, ocultar o inocultável. Não há razão alguma para que o povo brasileiro seja enganado, supondo o que não existe. É preciso que as autoridades compreendam que, depois de um mês, o silêncio é a forma pior de esconder a verdade.

Mas há uma razão ainda para que tal silêncio esteja condenado e apenas venha produzindo resultados negativos. O Brasil tem uma doutrina a defender, no caso, a que jamais se furtou: a do direito de asilo. Nunca, em nossa história, os nossos representantes no estrangeiro permitiram que tal princípio fosse desacreditado. Nunca, em tempo algum, nos defrontamos, também; com um governo que levasse tão longe o seu desrespeito àquilo que nos cabe defender. Foi preciso que descesse sobre Portugal um regime de força, incompatibilizado em seu próprio país e incompatibilizado em todo o mundo, que já não tolera regimes desse tipo, para que

nos vissemos embaraçados com um problema relativo ao direito de asilo, líquido para nós, tradicional, respeitado sempre.

Que o governo autoritário de Salazar comprometa os princípios que jamais se dispôs a defender, está certo. Que o governo brasileiro o ajude nisso, pelo silêncio, já demasiado longo que pesa sobre o caso do gal. Humberto Delgado, é que não se compreende. A ditadura portuguesa entrou em agonia — é natural que se desmande. O regime democrático brasileiro vai em ascensão — não pode aceitar a comparsaria no entremez a que se vai reduzindo um caso cuja simplicidade, para os que obedecem às regras do direito, desafia contestações. Não podemos, nesta altura dos acontecimentos, é compactuar com a ameaça à liberdade que se está consumando em Lisboa. Que o Itamarati varra a sua responsabilidade, entregando-a, intacta, a quem pertence a singularidade dessa ultrajante demora.

"Última Hora", 8-2-59)

O "Times" critica...

Não é apenas a imprensa brasileira que tem criticado insistentemente a ditadura do sr. O. Salazar. Muito embora a ANI e a UPI, esteitamente associadas, apenas enviem às redações de Lisboa e do Porto telegramas forjados onde tudo são louvores para o seráfico professor do Vimieiro, a verdade é que o prestígio do homem forte é hoje nulo em todo o mundo civilizado. Em um editorial que publicou a propósito da fundação da União Espanhola o "Times" manifestava a opinião de que "o general Franco e, sobretudo, o dr. Salazar levam muito tempo para se capacitarem da evolução da opinião nos seus próprios países". O articulista acrescenta mais adiante: "é inútil para o general Franco e o presidente Salazar qualificarem os seus adversários de "espíritos maus". O nível de vida do espanhol e do português continua perigosamente baixo. Todos, excepto uma minoria, padecem com a lentidão do progresso econômico... Os elementos válidos, nos dois países começam a inquietar-se seriamente com o futuro. Para a Grã-Bretanha, é a situação de Portugal que apresenta maiores dificuldades. Antigamente, o Reino Unido era o principal associado comercial de Portugal. Mas agora, a Alemanha tomou o seu lugar". Ao concluir, o editorialista escreve: "O general Franco sempre previu uma fórmula monárquica para o substituir, fórmula que a maioria dos espanhóis não quer. Quanto a Salazar, nada, absolutamente nada foi previsto."

E depois de Salazar?

Intelectuais, escritores, sociólogos, economistas portugueses

Enviai-nos a vossa opinião sobre as soluções do Portugal de amanhã.

É vosso dever contribuir para a construção do futuro.

Colaborai no debate aberto nas colunas de "Portugal Democrático".

O confortável mito

ADOLFO CASAIAS MONTEIRO

"A maior parte dos homens que ali se encontravam servira, pelo menos, a quatro governos; e teriam vendido a França ou o genero humano para garantir a sua fortuna, para não sofrerem um mal-estar, uma dificuldade, ou até por simples baixeza, por adoração instintiva da força. Todos declararam os crimes políticos indefensáveis". (Flaubert, *L'Education Sentimentale*, II, pag. 52 da edição Garnier).

Mais actual, se nos lembrarmos dos sinais de aflicção de certo jornal salazarista do Rio de Janeiro, com medo de que o general Humberto Delgado possa vir para estas democráticas praias, só este pedaço de dialogo, na pagina seguinte. É ainda a mesma conversa; e reconhece um industrial (dos tais capazes de vender a França...) que há de fato abusos. "E então?" — redargue Frederico. E o homem responde: "Mas não se devem revelar, meu caro senhor! Se soubesse como toda essa gritaria da opposição prejudica os negocios!"

Assim, senão a de Salazar, pelo menos a historia do salazarismo já estava escrita há muito — e até muito antes de Flaubert. É a eterna historia da "ordem", o eterno prestigio da "autoridade". Talvez os *gros bonnets* que discutem nos salões de Mme. Dambrense não tivessem que ocultar verdades tão desagradáveis como as que compete ignorar aos seus emulos de hoje. Dos Orléans a Salazar vai uma certa diferença... Os crimes de 32 anos de ditadura são mais pesados, o panorama é mais negro. Mas para os bem instalados na fortuna — ganha longe da ditadura, é bom não esquecermos — era consolador pensar que aqui ninguém discutia, senão em voz baixa, as excelencias da ditadura portuguesa.

Pode parecer que esses sujeitos são intolerantes. Não, são comodistas. Querem digerir tranquilamente. Já os está afligindo esta quase unanimidade de uma imprensa livre — pois eles bem sabem que ninguém a obrigou a estar do lado da liberdade — cuja existencia eles não podem ignorar. Começam a ter medo: se fosse verdade? Se realmente a ditadura e Salazar não fossem eternos? E se nos confiscassem os bens, nós que passamos estes anos todos a manifestar o nosso regosijo pela presença da austera figura no poder?

Salazar tanto disse e mandou repetir que acabaram os partidos, e era tal o silencio, nem uma mosca dizia: eu sou de outro partido! que eles se deixaram embalar na ilusão de Portugal estar para sempre livre de opinião. Não sabiam se alguém pensava contra: não ouviam nada, e isso é que lhes importava! Podiam dormir com a "consciência" tranquila. E sobretudo, meu Deus, havia Ordem! — pelo menos era o que liam nos jornais pagos para o apregoar... e porque haviam eles de pôr em duvida as afirmações de jornais tão patrióticos, tão bons que até Salazar dava dinheiro para eles poderem existir!

Suponho que parecerá estranho, a brasileiros, que se possa alegar, contra a hipótese de vir para o Brasil o general Humberto Delgado, que tal fato possa perturbar a harmonia entre os portugueses, "e com possíveis reflexos nas próprias relações entre brasileiros e portugueses", conforme escreveu a tal folha já mencionada. É que, diz ela, os "portugueses aqui residentes sempre pautaram a sua vida pelo mais fiel respeito à patria e às suas autoridades constituidas". Não reparou o autor de tão pautadas regras, que isso podia ser tomado, até, como ofensa para os brasileiros! Que diabo! Dar-se-á o caso de estes também pautarem a sua vida pelo respeito... a Salazar?

Realmente, são vemos bem como interpretar de outra maneira aquele temor à perturbação das relações entre portugueses e brasileiros! Se elas eram boas, isso quer dizer, já que a hipótese de estes ultimos serem salazaristas não se verifica, senão para minima parte deles, isso quer dizer, repito, que para tais relações serem boas não fazia diferença nenhuma a opinião politica de uns e de outros. Ora, mesmo as boas relações entre portugueses, em que se poderia tal vinda perturbar? Se todos são salazaristas, como diz o citado jornal, continuariam salazaristas. Pois não é?

Ou não serão todos salazaristas...? Sem querer, o assustado autor daquela prosa revelou o ponto fraco do tão celebrado culto da colonia pelo chefe: é que quem segue um chefe, pode seguir outro. Os adeptos da tirania não racioeiam de outra maneira. Eles têm medo que o prestigio pessoal do candidato "venceido" nas ultimas eleições abale um fragil edificio de uma unanimidade puramente ficticia.

Ora, verificaram os "pensadores" da colonia, que o general Delgado tinha ganho as proporções de chefe (eles não sabem pensar senão em tais termos); quem sabe, viram talvez as famosas fotografias das 200.000 pessoas que o foram saudar, no Porto. Sempre leram alguma coisa a respeito das proporções da "catastrofe". E, pela primeira vez, deram conta de que ao mito distante e cada vez mais difficil de defender podia oppor-se, com vantagem, um prestigio em carne e osso.

Pela minha parte, entendo que não devem alar-mar-se, nem os mentores, nem os mentados, nem as vozes, nem os ouvidos, nem os pastores, nem os carneiros. Não vejo motivo nenhum para realmente se preocuparem: não é aqui que vai resolver-se o problema português, e ninguém pensa em derrubar Salazar... no Brasil. E, se realmente estão preocupados com a situação em Portugal, nada mais facil: por que não vão para lá, alistar-se na Legião Portuguesa?

De fato, a colonia não é salazarista: é apenas amante da tranquilidade. É certo, porém, que lhe cumpriria ser mais prudente nas suas afirmações. Para trabalhar honradamente, não precisa de mentir, de caluniar ninguém. Não lhe fica bem permitir que a "Voz de Portugal" diga, em seu nome, que a campanha eleitoral do general Delgado foi "de agitação, de ataques e de retaliações" e "desenvolvida com escandalo". Essa ignobil calunia não me parece propria de gente que

tanto horror tem às "perturbações". A melhor maneira de as evitar é respeitar a verdade. E, já que a colonia não quer ser politica, será aconselhavel que não colabore em campanhas de difamação unica e exclusivamente politicas, e tão despodoradas que chegam ao extremo de atribuir à opposição a possibilidade de fazer "retaliações" — como se a pobre da opposição, esmagada entre o exercito e a policia, não merecesse o respeito minimo que se deve aos que têm a coragem de defrontar um poder discrecional.

Chegou a altura em que a colonia portuguesa no Brasil já não será mais possivel a comoda posição de supor que, acatando a ditadura portuguesa, não está assumindo uma opposição politica. Os ultimos inocentes já não têm mais desculpas. De hoje em diante ninguém pode alegar a sua ignorancia de qual seja a verdadeira face do regime português. É legitimo ser salazarista, sob a condição de se confessar simultaneamente que a violencia, a injustiça, a deportação, o assassinio, o repudio de quaisquer principios de direito, o desprezo pela Carta das Nações Unidas etc., são metodos legitimos de governo. Mas pretender ainda que Salazar não é o mais prepotente dos tiranos, depois que as provas estão patentes ao mundo inteiro, isso é que já não se pode admitir. Quem "não sabia" agora sabe. E quem agora sabe, e apoia, é cumplice.

Ah, mas "como toda essa gritaria da opposição prejudica os negocios!" ("O Estado de São Paulo", 8-2-59)

Denunciando uma manobra

Segundo telegrama de Lisboa, publicado em nossa edição de ontem, teriam chegado a termo as negociações entre os governos brasileiro e português sobre o asilo solicitado e concedido pela Embaixada do Brasil ao general Delgado. Acrescenta, entretanto, o telegrama que a posição portuguesa neste caso seria suscetivel de receber o acordo do governo brasileiro. Essa posição é a seguinte: o general deveria regressar ao seu domicilio e pedir a validação do seu passaporte para o Brasil, validação que as autoridades lusitanas concederiam, imediatamente, de maneira a que a saída do general para sua casa e todas as formalidades legais se processassem no mesmo dia da saída para terras brasileiras.

Evidentemente que, nem por sombra, nos ocorre a possibilidade de as autoridades portuguesas cometerem o erro de faltar a um tal acordo. Para serem coerentes com a versão que tiveram o cuidado de espalhar a respeito do asilo solicitado por aquele politico, não poderiam proceder de outra maneira. Prendê-lo ou dificultar-lhe a saída do país, seria desmentirem-se a si mesmas e dar aos adversários a razão que lhes refutam. O que nos atemoriza, em tudo isto é a attitude que o Itamaraty venha a tomar em face de tal proposta. Aceitá-la tal como o governo português a formula será, efetivamente, uma solução. O que verdadeiramente nos não parece é que ela satisfaça e atenda à dignidade do general Delgado e seus correligionários portugueses.

Admitimos que ao Itamaraty importe perseverar nas boas relações com as autoridades lusitanas. Mas infinitamente mais importante para o Brasil é perseverar na amizade secular com os portugueses. Tanto os dirigentes do Itamaraty como os atuais governantes de Portugal são elementos meramente transitorios na vida dos dois países. Nem a uns nem a outros cabe o direito de criar ressentimentos que de qualquer modo perturbem as boas relações entre os dois povos. O general Delgado é, para todos os efeitos, um refugiado politico que solicitou e recebeu asilo da Embaixada brasileira em Lisboa. Sem embargo das atoardas com que as autoridades portuguesas procuraram desvirtuar as razões alegadas por aquele politico para tomar tal attitude, existem provas irrefutaveis de que ele estava efetivamente ameaçado de prisão e julgamento. Admitimos, no entanto, que os nossos diplomatas ajam de maneira a não dar ostensiva demonstração da dúvida em que põem a versão das autoridades portuguesas. Embora desagradável, é essa uma das funções inerentes à missão que desempenham. O que não podemos admitir é que, como represen-

tantes de um país democrático, se prestem a oferecer cobertura à histeria de governos totalitários, vexando simultaneamente cidadãos que não têm quem legalmente os defenda.

Asilando-se na embaixada do Brasil o general Delgado só poderia ter por objetivo o repariamento para a nossa terra. O que ele não queria nem esperava, certamente, era que as nossas autoridades diplomáticas se vergassem às imposições do governo do seu país e o imolassem ao ridiculo em que o governo lusitano pretende transformar a perseguição que moveu áquele seu adversário. Abramos as portas ao perseguido, sim; mas façamo-lo de maneira que ele não tenha de envergonhar-se de o ter feito nem nos recrimine nunca pelo vexame que lhe infligimos.

("O Estado de S. Paulo", 28-2-59)

Á morte do heroi

Ele navegou à vela os sete mares e por todos os quadrantes da Rosa dos Ventos.

Ele foi o primeiro piloto que dum avião tomou a altura do Sol no céu do Cruzeiro com o sextante de sua invenção.

O teodolito disse-lhe as latitudes e as longitudes dos pontos mais remotos das terras portuguesas nos quatro Continentes.

A linha das fronteiras de quanto é propriedade do Portugal Ultramarino possuiu marcos chantados pelo famoso geometra, matemático e sábio geografo Gago Coutinho.

Navegador e historiador, conheceu e experimentou, estudou e calculou todas as rotas daqueles seus patricios que no Século de Quinhentos devassaram o Mar Tenebroso e utilizaram os aliseos rumo às terras da espezicaria.

E como aqueles de antanho que haviam manuseado o "Enricus a portugal in secretis secretoru astrologie hispanice et manu scriptis", "Canones astrolabii universalis", "Tratado da Sphera" e as informações das viagens misteriosas e alucinantes de Duarte Pacheco Pereira, ele apontou no seu diário de bordo a direção das correntes, os desvios da agulha, os rumos do astrolabio, lugar e tempo das calmarias, ventos dominantes e voltas do mar.

Encarnou o lendário Ulisses e os grandes nautas e cosmografos dos Descobrimentos, seu espirito de aventura, seus vastos conhecimentos científicos.

Com galhardia de fidalgo medieval, sempre pediu campo aos adversários mais aguerridos que contestavam a primazia lusa na Epopeia Maritima. E porque era um sábio e um espirito de eleição, os seus argumentos ven-

ceram pleitos memoráveis e da mais alta envergadura, que nos congressos internacionais conferiram aos da sua Grei a glória de pioneiros dos modernos caminhos do mundo.

Esse o cientista, o historiador da "Nautica dos Descobrimentos", o aviador, o marinheiro que deu fama e glória internacional à sua Pátria.

O cidadão, o velho republicano democrata, o searcero que nunca transigiu com a ditadura salazarista, e que por isso mesmo, sempre foi posto de parte pelo Poder totalitário que por muitos modos procurou apoucar-lhe a popularidade e a estima e prestigio mundial, é outra figura de próa, magnifico exemplo dum carácter integro, merecedor da gratidão e saudade de todos os homes livres da velha casa lusitana. Era um luso-brasileiro de alma e coração que durante 36 anos viveu metade do tempo em Portugal e a outra metade no Brasil. Não querendo servir sob as ordens diretas ou indiretas do senhor absoluto, pediu a reforma do serviço activo da Marinha de Guerra em 1934.

Aqui recebeu as honras do triunfo, e aqui sentia o carinho e a fraterna amizade do povo, que o considerava e estimava como um dos seus heróis.

Morreu um dos expoentes maiores da Comunidade de Nações da lingua portuguesa.

Salazar não acompanhou a última morada o herói da primeira travessia aérea do Atlântico Sul. Nesse dia de luto para Portugal e para o Brasil, o odiento ditador esteve à altura daquilo que não pode negar e nós todos já sabemos, — um cobarde e um mau.

João Sarmento Pimentel

Mais uma vez: libertem-se!

por SANTANA MOTA

A "Voz" e o "Diario da Manhã" ficaram estomagados com um artigo que aqui saiu e desataram a insultar-nos com todos os nomes feios do seu vocabulário estadonovista. Um chama-nos traidores, outro chama-nos miseráveis; e parecem estar ambos de acôrdo em nos dizerem a soldo de Moscou.

Tudo porquê? Tudo porque, enojados pela pusilanimidade, a cobardia, a objectiva submissão com que as chamadas "forças gloriosas" assistem aos vexames que o regime salazarista inflige à consciência do País, aconselhamos as provincias de Angola e Moçambique a suspenderem-lhes os viveres. Ih! o que nós fomos fazer... Tocar nos viveres! Precisamente aquilo porque eles são capazes de vender a alma e alugariam a consciência — se a tivessem...

Um dos escribas chega a ter este desabafo: "Isto é o que os portugueses voluntariamente exilados em São Paulo querem. Liberdade em troca de Angola. Democracia em troca de Moçambique. A miséria da patria em troca da queda do actual regime". Leiam e digam se não é para entristecer a indigência intelectual e moral dessa espécie de jornalistas e quem Salazar encarrega de contraditar os seus oppositores. Este pobre diabo nem talento arranja para disfarçar o cabresto que lhe puseram. Não pode compreender que a Liberdade valha a alienação de Angola ou que a Democracia mereça a libertação de Moçambique. Para ele, contanto que os cobres corram, pouco se lhe dá lambar eternamente as botas do dono que o trás à argola. No fundo, porém, Angola e Moçambique interessam-lhe infinitamente menos do que a nós. Nós ainda vemos nelas prováveis projecções do pensamento e da cultura lusitana em terras africanas. Queremo-las livres,

soberanas, senhoras dos seus destinos, mas ligadas a nós pelo vínculo indestrutível da lingua, unico elo capaz de as manter fieis pelos séculos fora à mesma origem comum. Toda a diferença, afinal, está nisso mesmo: nós consideramos a patria uma familia, eles consideram-na uma fazenda, tanto melhor quanto mais vasto o patrimonio passível de exploração.

Chamam-nos traidores por as incitarmos à revolta. Traidores a quem? As oligarquias que as exploram? — Nunca tivemos contratos com essa gente. Traidores à patria? A patria é alguma coisa mais do que a camarilha que a escraviza e os mastins que nos agulam. Se nos dão licença, enfim, nós fazemos também parte dessa patria. E seria um contra-senso que nos traíssemos a nós mesmos.

Com relação a Angola e Moçambique, o nosso patriotismo consiste apenas nisto: que se difunda nelas o ensino, o preparo cultural e profissional que as habilite a tornarem-se amanhã duas nações irmãs que nos orgulhem. Exatamente aquilo de que os corifeus salazaristas se têm desinteressado até agora. Eles não querem que lhes falem na emancipação de Angola e Moçambique. Na emancipação económica e politica, subentende-se; porque a outra, a verdadeira, a do pensamento e da cultura, essa pouco lhes dá que paulatinamente se processe através das universidades sul-africanas em Moçam-

bique ou dos contactos e influências do Congo Belga em Angola. Queremos como partes integrantes da patria enquanto se prestarem a ser economicamente exploradas; depois deixá-las ir: tanto faz que falem inglês como bantu.

Entendamo-nos, porém: nós não desejaríamos, desde já, a independência de Angola e Moçambique. Mas por uma razão bem simples, bem humana, que nada tem a ver com o falso patriotismo daqueles escribas: porque no estádio semi-selvagem em que uma e outra se encontram, as respectivas populações indígenas seriam facil presa do escravagismo europeu. Temos para com elas deveres que não cumprimos ainda. Não as podemos deixar assim à mercê da prepotência, do arbitrio, da desenfreada exploração do branco. Mas acontece que tais deveres não é uma ditadura que os cumpre. Esta não pode ter pelas provincias ultramarinas mais respeito do que tem tido pela população da metrópole. Se a esta nega a liberdade de pensar, áquelas nega o direito de se instruírem. Ora, entre vê-las agarradas à metrópole como simples bestas de carga e a vê-las livres, realizando-se a si mesmas pelo esforço glorioso do estudo e do trabalho, é evidente que não podem haver considerações de ordem historica ou patriótica que nos impeçam de lhes desejar que sejam livres. Para a imensa maioria do povo português, isto é, para os que efetivamente trabalham e produzem, não há nessa mudança de estatuto a mais leve desvantagem. Pelo contrário. É a circunstância de o Brasil se ter tornado independente que hoje devemos o incomparavel beneficio de sermos livres sem neces-

(Continua na pg. 7)

Os "Tubarões" do Fascismo

Santos Costa e seus estranhos "negócios"

A guerra dos panfletos continua acesa no paraíso de Salazar, não sendo raros os documentos onde se traçam curiosas biografias dos mais destacados "tubarões" do regime. Um desses documentos, que é altamente expressivo, refere-se a uns certos "negócios" do capitão Santos Costa, que, à frente do ministério da Guerra ganhou os galões de coronel e agora tenta, com idêntica glória, ascender à boa fortuna do generalato.

Se o espaço não sobejar, no próximo número publicaremos outra interessante biografia, esta do illustre "tubarão" que assina Comandante Henrique Tenreiro. Estampemos, porém, desta vez, os inúmeros títulos do "cabo" Santos Costa.

"Desvios" em Barcarena

Foram tão imponentes os "desvios" cometidos pelo ex-ministro da Defesa, Santos Costa, na Fábrica do Estado em Barcarena, que se impõe esclarecer, com todos os pormenores, as condições em que se processou o arrendamento de tal Fábrica a uma companhia belgo-portuguesa. Aparecem, com efeito, no contrato, os nomes do falecido general Passos e Sousa, então chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (com uma quota de 50 contos), e do coronel José Mouzinho, atual diretor da mesma, com uma quota igual. Porém, diz-se, isto é "vox populi afirma que o principal acionista português é Santos Costa.

A dar foros da justificação a tais vozes, há os seguintes fatos conhecidos:

a) Desvio da Fábrica de Braço de Prata para uma empresa industrial belga, do fabrico de material de guerra que na primeira se deveria ter executado por encomenda do Governo Americano para auxiliar Portugal como membro da N.A.T.O. e que, por ordem de Santos Costa, foi desviado para a empresa belga concessionária da Fábrica de Barcarena, a executar na Bélgica.

b) Nomeação de um seu genro, engenheiro civil para um dos lugares da Administração da mesma Fábrica, indivíduo que não tinha situação definida quando do seu casamento e que, após este, foi mobilizado pelo sogro, como oficial miliciano, para o serviço militar e, de seguida, nomeado seu oficial de ordens ou coisa semelhante, mas em cujo serviço só nos fins dos meses comparecia para receber os vencimentos.

c) Não entrega ao Estado, pela Empresa arrendatária da Fábrica, das importâncias do arrendamento dos edifícios do Estado anteriormente residências dos sar-

gentos em serviço na mesma, que pelo contrato não fazem parte do arrendamento, mas que são hoje ocupados por empregados da Empresa e pelas quais pagam a mesma renda que a Direção Geral de Finanças tem reclamado inutilmente.

Fardamentos do Exército

Outro "negócio" que nunca se esclareceu devidamente foi o da compra de fazenda para fardamentos do Exército. Santos Costa fez as aquisições diretamente numa ou duas fábricas de lanifícios da Covilhã, sem quaisquer cadernos de encargos e contra o regulamento da Fazenda (não revogado), que dispõe que as compras do Estado devem ser feitas ou adjudicadas por concurso público, se o seu montante for igual ou superior a 100 escudos.

Além disso, o ex-ministro de Defesa impôs ao Depósito Geral de Fardamentos o pagamento integral destes tecidos às firmas fornecedoras e imposição aos Conselhos Administrativos das Unidades para, por meio de 12 prestações mensais a deduzir nos vencimentos dos oficiais, creditarem os mesmos junto do D.G.F., impondo-se assim, quando o padrão de vida já era difícil para os oficiais, a substituição do fardamento anterior, substituição que nada justificava.

Finalmente, mandou adquirir, na Argentina, através de uma comissão de Remonta, que foi, salvo erro, chefiada por José Mouzinho, cerca de 300 toneladas de sola, cujo pagamento imediato e integral foi imposto às Oficinas de Fardamento e Calçado, que recusaram a sola, por não satisfazer às habituais condições do seu caderno de encargos.

Capacetes para o Exército

Não obstante a Fábrica de Braço de Prata se encontrar devidamente apetrechada para fabricar qualquer tipo de capacetes para o Exército; apesar de todas as razões aconselharem a entrega da encomenda a uma fábrica do Estado, de acordo com a moral administrativa e os superiores interesses da Nação, o ex-ministro Santos Costa encarregou a Fábrica Portugal de fazer os capacetes necessários.

Porquê? Entre o pessoal da Fábrica Portugal murmurava-se que ao monárquico que "comeu" (como tantos outros) à custa da República foram "oferecidas" 300 açafes, naturalmente ao portador...

As "obras" em S. Julião da Barra

Por alíneas, descrevem-se a seguir as "obras" que o capitão mandou executar na fortaleza de S. Julião da Barra, assim como se esclarecem os fins do empreendimento:

a) Demolição de todas as casernas, arrecadações, repartições e residências de oficiais, sargentos e cabos nela existentes, com alteração profunda da sua estrutura e adaptação a residência privativa do dito Santos Costa e na qual a sua mania de GRANDE SENHOR se exteriorizava pelas onerosas recepções e pantagruélicos jantares oferecidos a certas personalidades de destaque político ou militar, seguidas de suntuosos bailes e não menos mundaníssimas bebedeiras na cisterna da antiga fortaleza, para este fim preparada à custa do dinheiro da Nação, ou seja do pobre contribuinte, que nelas participava apenas pelos ecos que tais dissipações alcançavam na imprensa situacionista, que as apresentava como um grande e útil serviço prestado ao país e para fazer a propaganda da euforia da Nação e do alto padrão de vida e riqueza coletiva em que a Nação tem vivido há 32 anos a esta parte.

b) Roubo de uma parte impor-

tante dos materiais resultantes das demolições ali efetuadas e representadas por madeiras e cantarias aparelhadas, que Santos Costa mandou para a sua terra, para aproveitamento na construção do suntuoso palácio que ali mandou construir.

c) Desvio das máquinas escavadoras e cilindros, empregados nas obras municipais ou públicas de Viseu, dotadas por Salazar com 100 contos, para abertura de uma estrada que liga o seu palácio a uma estrada principal que dele passa a alguns quilómetros, com expropriação de vários terrenos imposta pela Câmara de Mangualde, seu Conselho, a alguns proprietários de terrenos.

Um "compadre" no Ministério

Como em tantas comédias, Santos Costa também tinha um compadre, de apelido Amaral, homem de mil e um negócios que aparecia frequentemente nos concursos abertos pelo ministério da Defesa, sempre que se tratava de qualquer adjudicação. Milagrosamente, o Amaral arrematava tudo, vencendo todos os concorrentes...

Dezenas de milhares de contos, senão centenas, de fornecimentos ao Ministério capitaneado pelo monárquico Santos Costa fizeram-se por intermédio do compadre Amaral — testa-de-ferro do titular da "pasta"...

Quando o café sobe...

Pouco certo no seu futuro, o "cabo" Costa comprou, por 15.000 contos, uma plantação de café em Angola. O ex-ministro sabe de cotações de café nos mercados mundiais... Mas, para evitar perguntas indiscretas, o capitão que Salazar fez ministro mandou registrar a propriedade em nome dos filhos...

Aqui fica o aviso: há que apurar onde é que os filhos de Santos Costa foram buscar os 15.000 contos pagos pelo pai para adquirir o cafezal...

Agitação em Moçambique; 34 opositoristas presos

LOURENÇO MARQUES, 26 — A capital de Moçambique está vivendo com interessada emoção todos os acontecimentos que se relacionam com a luta contra a ditadura de Salazar, sobretudo depois que, na véspera da chegada do novo governador da Província, a secção local da PIDE executou a sua maior operação policial de todos os tempos, prendendo, num só dia, 34 destacados membros da oposição democrática que residem em Lourenço Marques.

Entre os detidos, conta-se o jornalista Simões de Figueiredo, que foi preso espetacularmente no edifício do "Barclays Bank", de que é também funcionário superior. Por duas horas, a polícia paralisou todas as atividades do estabelecimento bancário, a fim de proceder a uma minuciosa busca que, parece, nada provou em prejuízo das atividades políticas daquele democrata. Outros dos presos é o escritor Carmo Vaz, advogado e professor da Escola Técnica local. Embora não possamos garantir a veracidade desta afirmação, indica-se que, poucas horas depois da sua prisão, Simões de Figueiredo foi transportado em sigilo para um quarto particular do hospital Miguel Bombarda, depois de cruelmente torturado, encontrando-se atualmente em estado de coma.

Ignora-se qual o motivo real que levou a estas detenções em massa,

Mão amiga fez chegar à nossa redação um editorial do "Diário Ilustrado", de Lisboa, que é revelador da subserviência e da incapacidade que caracteriza certa imprensa metropolitana. A desclassificada gazeta, que defende os interesses da firma Abel Pereira da Fonseca e cuja Redação reúne a escória do jornalismo português, manifesta-se alarmada pela inexistência de uma faculdade de sociologia. A linguagem do artigo em causa é do mais puro estilo oficial e mereceria certamente os aplausos incondicionais do criador da política do espírito, se, porventura, o Sr. António Ferro ainda pertencesse ao número dos vivos. O plúmbeo em causa advogando a fundação de uma Faculdade de Sociologia acentua que só assim se poderia "estudar o caso nacional, hoje entregue a leigos, ainda que bem intencionados, difundindo a estrutura social portuguesa em todas as circunstâncias". Por outras palavras, sugere ao governo que forjou essa mistificação que se chamou "Trinta anos de cultura", a necessidade de criar um instituto de nível universitário destinado a provar a infalibilidade do corporativismo português e a sua superioridade sobre todos os demais experiências postas em prática no passado e no presente. Ante tanta estupidez e ignorância, não podemos senão apiedarmo-nos da miséria a que desceu a condição

de jornalista em certas folhas.

Desconhecerá o articulista que o ensino da sociologia em Portugal é incompatível com os princípios fundamentais do regime? Sendo a sociologia uma ciência que não pode, sob pena de se negar, tomar partido nem admitir limitações na crítica e na análise, os futuros professores da Faculdade ora pedida não poderiam tocar no Corporativismo Salazarista nem expor doutrinas e ideias essenciais à formação de todo o estudante de sociologia porque tais ideias e doutrinas são a priori condenadas pelo Estado Novo. Num país onde o primarismo intelectual dos meios oficiais é tão confrangedor que se admite que todo o leitor de Marx, Engels ou Lasky é um elemento subversivo de tendências comunistas, só por estupidez ou ironia se pode sugerir a criação de uma Faculdade de Sociologia. Como Durkheim um dia disse a Jaures recusando o convite que este lhe fizera para ingressar no partido socialista, nenhum sociólogo digno desse nome pode alistar-se, pois abdicaria da sua independência de julgamento. As depurações de professores levados a efeito nas universidades portuguesas dão-nos uma ideia do que seria uma Faculdade Salazarista de Sociologia com os seus mestres "alistados" na UN.

Pobre "Diário Ilustrado" e pobre Portugal!

Associação "General Humberto Delgado"

Acaba de iniciar as suas atividades, no Rio de Janeiro, uma nova agremiação luso-brasileira, cujos objectivos essenciais serão os de esclarecer a opinião pública acerca da realidade portuguesa, além de fomentar os contactos culturais entre Portugal e o Brasil. Significativamente, os seus fundadores deram-lhe o expressivo título de Associação "General Humberto Delgado".

Para a primeira directoria da Associação "General Humberto Delgado", que tem a sua sede provisória na Rua Acre, 37 - 1.º - Sala B (telefone 23-5594), no Rio de Janeiro, foram já eleitos: Luis Abreu de Almeida Carvalhal (presidente), Joaquim de Oliveira e Silva (vice-presidente), Horácio da Silva Ribeiro (1.º tesoureiro), Fernando Victor Ramos (2.º tesoureiro), Acy Vieira Nunes (1.º secretário), Garland Pereira de Sousa (2.º secretário), Rómulo de Rezende Espanha Abreu Freire (relações culturais) e Jorge Ribas Soares (relações sociais e assistência).

Ao mesmo tempo que sauda efusivamente a nova associação luso-brasileira, Portugal Democrático recomenda a todos os seus leitores, portugueses ou brasileiros amigos de Portugal, e especialmente aos que residem no Rio de Janeiro, a Associação "General Delgado", formulando ainda os melhores votos pelo êxito da alta missão que se propõe:

LIVROS DE INTERESSE PARA OS DEMOCRATAS PORTUGUESES

FÁTIMA (História de um grande embuste) por Tomás da Fonseca — 80,00

GUERRA JUNQUEIRO, VIDA E OBRA — Conferência proferida por Tomás da Fonseca na Biblioteca Municipal de São Paulo — 20,00

LIVRARIA EDITORA LIBERDADE E CULTURA
Rua 15 de Novembro, 18 - 3.º and.
Eficiente serviço de reembolso postal

mas há quem pense que tenham sido ordenadas e incluídas no plano geral de prisões inaugurado na Metrópole (as três dezenas de "comunistas" apontados recentemente pelo Ministro do Interior Salazarista, somariam, na realidade, cerca de 400, desde novembro último).

A maioria dos indivíduos presos em Lourenço Marques sempre combateu o regime de Salazar, manifestando-se abertamente, no decurso das chamadas "campanhas eleitorais", mas dificilmente pode ser acusada de comunista. O pretexto da prisão teria sido a assinatura de um manifesto, no qual se apontavam, nomeadamente, os grosseiros erros cometidos pelo governo ditatorial nos setores da política e da economia da Província.

Manifestando claramente a sua indignação, os habitantes de Moçambique não compareceram à chegada do novo governador-geral, sr. Correia de Barros, apesar dos insistentes convites da "União Nacional" e dos jornais censurados. Praticamente, se entidades oficiais se deslocaram ao aeroporto de Mavalane. As ruas por onde havia de passar o cortejo oficial até ao edifício da Câmara Municipal encontravam-se profusamente engalanadas, mas, informado certamente das causas da frieza com que foi acolhido por grande parte da população lourenço-marquense, o novo governador adiou "sine die" a recepção na Câmara.

Alarmado com a passiva hostilidade com que foi recebido, o sr. Correia de Barros afirmou, nas suas primeiras declarações à imprensa local, que deseja trabalhar para o bem comum e acabar com os ressentimentos de alguns. Certos observadores interpretaram estas palavras como significando que o governador procurará conseguir a libertação dos 34 democratas presos.

Outra opinião que rapidamente se generalizou é a de que a operação desencadeada pela PIDE teve como propósito único o desejo de tentar uma prova de força com o sr. Correia de Barros, que se recomenda, na verdade, por credenciais diferen-

tes das que trouxeram os seus antecessores, já que chega no fim do reinado de Salazar. Seja, porém, qual for a sua ação futura, não restam dúvidas de que só aceitando o desafio da "gestapo" portuguesa poderá apaziguar os ânimos. Quanto ao mais, terá muito que fazer nos capítulos do progresso social e do desenvolvimento económico, dada as dificuldades em que se debate a Província. É que, entre a população negra, a revolta é latente e cada vez mais sublinhada por diversos pequenos incidentes, originados pelo preconceito racial dos brancos.

TENTATIVA DE ENVENENAMENTO EM MOÇAMEDES

LUANDA, 7 — Não obstante o absoluto silêncio que a imprensa se obstina em manter, os acontecimentos que se processaram recentemente no Congo Belga tiveram nesta possessão portuguesa — a maior e a mais rica — grande repercussão. A chegada dos primeiros refugiados lusos que perderam todos os seus bens durante os distúrbios de Leopoldville provocou enorme emoção entre os 40.000 brancos desta cidade de 200.000 habitantes. Por outro lado, a notícia de que a Bélgica concederá a independência ao Congo preocupou bastante a minoria europeia, pois ninguém duvida de que o governo português não está disposto a alterar a sua política africana de integração, que se baseia no absurdo princípio de que o indígena de Angola ou Moçambique é tão português quanto um lisboeta ou um portuense. Para evitar a entrada em Angola de negros vindos do Congo, foram enviados fortes unidades militares para a fronteira do enclave de Cabinda. O dispositivo de segurança foi também consideravelmente reforçado nas principais cidades numa evidente demonstração de força destinada a desencorajar os nativos de qualquer veleidade de repeterem aqui os distúrbios de Leopoldville. Aliás, foram feitas numerosas prisões, o que apenas contribuiu para aumentar a

(Continua na 7.ª pg.)

Onde estão os traidores?

por MIGUEL URBANO RODRIGUES

Todo o intelectual que se sente prisioneiro nas malhas de uma causa indefensável a que se vendeu e ao serviço da qual desceu pouco a pouco às piores baixezas, insurge-se, na sua irremediável frustração, contra aqueles que jamais abdicaram do direito de pensar e de julgar o mundo que os rodeia.

Na sua raiva impotente, ao sentirem que a era da vida fácil — cujo preço foi a hipoteca da própria consciência — se aproxima do seu termo, o escritor e o jornalista que durante anos não hesitaram em defender e exaltar valores que sabiam falsos, procuram enlamear os nomes daqueles que sempre se recusaram a participar no festim dos favores e das honrarias oficiais. Na agónica ditadura salazarista, prestes a atingir a fase do salve-se quem puder, assiste-se presentemente a uma grotesca e pueril fúria de acusação. O barco afunda-se e antes de se insultarem uns aos outros, todos os que se sabem culpados levantam o dedo para acusar dos piores crimes aqueles a quem no íntimo invejam. Tal é, por exemplo, o caso da "Voz" e do "Diário da Manhã" (1), de Lisboa, que consagraram, na semana finda, vários editoriais aos portugueses do Brasil e ao jornal "Portugal Democrático". Debalde os srs. Barradas de Oliveira e Correia Marques escreveram colunas de prosa peçonhenta contra os articulistas do órgão da Resistência lusa na pátria irmã, debalde se esforçam por so desprestigiar perante a opinião portuguesa, debalde procuram estabelecer uma diferenciação entre os bons e os maus portugueses do Brasil, debalde chamam traidores a todos os que não reconhecem o governo de Salazar, debalde insinuam que a sua pátria é Moscovo. Ambos os plumitifs, vergonha de uma profissão digna, perdem o seu tempo. Portugal tem, há muito, uma opinião formada sobre os que rastejam perante o sr. O. Salazar, atentos aos seus mínimos desejos, e sobre aqueles que lutam contra o regime que ele personifica.

Quando ao "Portugal Democrático", o seu prestígio, do Minho a Moçambique, é bem maior do que o da "Voz" e o do "Diário da Manhã", onde o mais medíocre e oportunista dos jornalistas só se resigna a entrar quando se lhe fecham as portas de todos os restantes órgãos da imprensa metropolitana. Por muito que isso pese às duas desclassificadas gazetas da União Nacional, financiadas pelo teozoro nacional, o dinheiro para o jornal que tantos engulhos lhes causa não vem de Moscovo: sai das algibeiras dos que nêle colaboram e dos que o lêem.

Segundo o critério primário dos dois propagandistas do sr. O. Salazar, são traidores à pátria todos aqueles que não respeitam e acatam os poderes constituídos. Traidores foram, portanto, os revolucionários de 1640 que libertaram Portugal do domínio de Castela, docilmente aceito pela maioria da corrompida nobreza da época. Traidores, de fato, chamaram ao tempo a esse punhado de bravos na corte de Madrid; traidores queremos, então, ser aos olhos da gente que apoia e endeuza o sr. O. Salazar, pois o consideramos como usurpador do poder contra a vontade da Nação.

Pobre sr. Correia Marques e pobre sr. Barradas! Mais do que desprez inspiram-nos piedade. Toda uma vida de serviços à ditadura, de permanente abdição, de floridas prosas apologeticas, de abjeta prostituição intelectual pode ter-lhes proporcionado um certo bem estar material e efêmeras posições de destaque, mas não foi o bastante, aí deles, para os impor à consideração nem das elites nem do homem da rua, que se recusam a lê-los e a ouvi-los. Precisamente o contrário do que acontece em relação àqueles contra quem se voltam coléricos. Homens como Adolfo Casais Monteiro, Tomaz Ribeiro Colaço, Rodrigues Lapa, Sarmiento Pimentel, para apenas citar alguns dos mais conhecidos "traidores" do Brasil, poderiam, se assim o tivessem querido, ascender aos mais altos postos do regime, enriquecer à custa da miséria do povo.

Em Moçambique

efervescência entre a população negra, que vive em condições de extrema miséria nos subúrbios desta capital.

O acontecimento mais importante dos últimos dias verificou-se, porém, no sul de Angola, no porto pesqueiro de Moçamedes, onde foram detidos vários indígenas acusados de promoverem "uma tentativa de envenenamento coletivo da população europeia através do pão".

(De "O Estado de S. Paulo")

O sr. Salazar tê-los-ia recebido de braços abertos dispensando-lhes atenções que nunca se dignou conceder ao sr. Marques e ao sr. Barradas. Mas sempre recusaram tôdas as ofertas da oligarquia. Essa coragem de recusar, esse orgulho de dizer não, essa fidelidade intransigente à condição de intelectual é, entretanto, coisa que nunca compreenderão o sr. Barradas de Oliveira, jornalista medíocre e venal e o sr. Correia Marques, vocação frustrada de paroco de aldeia. Para eles, todos os que não se alistaram servilmente do lado que escolheram, alistaram-se, por força do outro, a sua Pátria só pode ser

As Misericórdias de Portugal e a propaganda salazarista

O Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão a propósito da visita ao Brasil da última embaixada salazarista, distribuiu à imprensa o seguinte comunicado:

"O Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" sente-se no dever de alertar a opinião brasileira para uma manobra que a ditadura portuguesa está empreendendo no Brasil a coberto das comemorações do V Centenário da Rainha D. Leonor, fundadora das Misericórdias.

Para perfeito esclarecimento dos fatos, importa antes de mais acentuar que, em obediência a instruções da presidência do Conselho, os jornais de Lisboa e Porto têm inserido desde o início do "caso Delgado" telegramas tendenciosos, enviados do Rio de Janeiro pelas agências oficiais "ANI" e "Lusitania", no intuito de criar no povo português a impressão errada de que a maioria da opinião brasileira é favorável ao regime totalitário do sr. Oliveira Salazar. Os jornais de Lisboa, "Voz" e "Diário da Manhã", foram mesmo mais longe, afirmando que em todo o Brasil há somente três órgãos de imprensa que criticam o Estado Novo. No prosseguimento dessa política de deturpação sistemática das realidades mais evidentes, o governo do Estado Corporativo para demonstrar a veracidade da tese oficial ("os nossos adversários no país irmão resumem-se a meia dúzia de traidores") não hesitou em enviar agora ao Brasil duas altas personalidades do regime com o objetivo de extrair das comemorações do centenário da fundadora das Misericórdias determinados efeitos políticos. Os senhores Melo e Castro e Braga da Cruz, atuais provedores das Misericórdias das duas maiores cidades de Portugal (cargos de confiança política), tentarão pois, por todos os meios ao seu alcance, agir de maneira a levar as autoridades brasileiras a tomar posições que possam ser exploradas favoravelmente ao regime do sr. Salazar. Prova disso é o despropositado telegrama de saudações enviado no fim do banquete de Santos aos presidentes das Republicas do Brasil e Portugal em nome das autoridades de Santos, da comunidade luso-brasileira daquela cidade e da delegação portuguesa. Telegramas como esse e manifestações afins divulgadas com grande relevo pela imprensa portuguesa serão utilizadas pela máquina de propaganda do salazarismo na defesa das teses oficiais, iludindo o povo sobre os verdadeiros sentimentos do Brasil e da colónia lusa em relação à ditadura que oprime Portugal há 32 anos. Foi precisamente para obter manifestações semelhantes que os dois conhecidos proceres governamentais se deslocaram a este País.

Este Comitê chama, assim, a atenção de tôdas as autoridades brasileiras que entrarem em contacto com as referidas personalidades para a inevitável especulação que será feita à volta de eventuais afirmações de apreço e carinho para com as Misericórdias portuguesas, as quais nos merecem, como é evidente, o maior respeito e de modo algum estão representadas por funcionários do Estado Novo nomeados para as dirigirem a contento de Salazar.

O Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses: aa) Adolfo Casais Monteiro (escritor), Agostinho da Silva (professor universitário), Carlos Maria de Araujo (jornalista),

Moseou... Por isso, os intelectuais portugueses do Brasil são traidores; por isso, são traidores o general Delgado, Jaime Cortezão, Vieira de Almeida, Azevedo Gomes e todos os que pensam como eles; por isso, o "Portugal Democrático" é um jornal de traidores. Os dois irados e mesquinhos escribas esquecem, contudo, que é, também por isso, que o povo de Portugal está com todos esses "traidores" contra o sr. O. Salazar e aquilo que êle simboliza.

(1) Em conjunto os dois jornais não vendem na rua um milhar de exemplares. "A Voz", folha que se diz monárquica especializou-se em denúncias do mais baixo estilo policial; o "Diário da Manhã", à falta de leitores, é afixado nas paredes do centro da cidade e distribuído gratuitamente pelas repartições públicas, quartéis e embaixadas.

Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Queiroga (oficial do Exército), Francisco Lopes (industrial), João Alves das Neves (jornalista), João Sarmiento Pimentel (oficial do Exército), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), José Pedroso de Lima (diplomata), José Santa Mota (jornalista), Maria Archer (escritora), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Baleizão (engenheiro), Victor da Cunha Rego (jornalista), Victor Ramos (professor universitário), Thomaz Ribeiro Colaço (escritor), Zaluar Nunes (professor universitário) e Paulo de Castro (jornalista).

ULTIMA HORA

Clinica de tensão na capital de Angola

(do nosso correspondente)

LUANDA — Na segunda quinzena de fevereiro acentuou-se nesta Capital o ambiente de tensão reinante desde os graves acontecimentos registrados no Congo Belga. A PIDE, recentemente instalada na Província, tem realizado numerosas prisões nos muceques, o que contribui para aumentar a agitação que se nota entre a população negra. Há dias, faltou inesperadamente a energia elétrica na cidade e quando a avaria foi reparada, as ruas apareceram cobertas de panfletos redigidos em quimbundo e português. Entre a população europeia existe a convicção firme de que se o governo Salazar não caí rapidamente, os nativos, desesperados com a política de integração da ditadura cujos "slogans" disfarçam mal a tendência para a segregação racial, se lançarão em luta aberta pela independência total. A esse respeito é sintomática a atitude dos líderes africanos que exigem a expulsão de todos os brancos "nascidos em Angola ou Portugal". O descontentamento contra o Estado Novo, responsável exclusivo pela criação desse estado de espírito entre a população negra é, por isso, cada vez maior.

AOS LEITORES DE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

Remetam cada vez maior número de exemplares do nosso jornal para Portugal e seu Ultramar. Mandem-nos mais nomes de novos assinantes. Fundem grupos de "Amigos do PORTUGAL DEMOCRÁTICO" e ajudem-nos, por todos os meios, nesta missão em que todos nos empenhamos para libertar a nossa Pátria das garras do fascismo.

Uma carta de Arlindo Vicente ao jornal do sr. João Pereira da Rosa

Publicamos a seguir uma carta dirigida pelo Dr. Arlindo Vicente ao jornal "O Século", cuja divulgação foi proibida pelos serviços de censura a imprensa:

"Publicou o Jornal "O SECULO" que V. Excia. dirige, no número 27.597 do dia 4 do corrente, uma notícia subordinada ao título "O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES SERVE-SE, HA MESSES, DO GENERAL DELGADO PARA MELHOR SERVIR OS INTERESSES DO COMUNISMO MUNDIAL", noticia que o Jornal diz ter sido fornecida pela Agência Francesa Presse Relations, aos seus assinantes e vem assinada ANI. Tal noticia, Senhor Diretor, é tendenciosa e falsa.

Efetivamente, diz-se nela: "Desde o começo de 1958, o partido comunista portuguez decidiu aproveitar-se das ocasiões oferecidas pela Campanha Presidencial que se abria em Abril desse ano. Rejeitando apresentar um candidato — o Dr. Arlindo Vicente — e apresentando a candidatura do General Humberto Delgado, começou por denunciar este último como fascista — o que de resto não era falso —".

Ora tais afirmações, porque são falsas e malevolas, são de repelir indignadamente. O Dr. Arlindo Vicente não foi candidato apresentado pelo partido comunista, nem foi apresentado antes do General Humberto Delgado. Foi, sim, apresentado originariamente pelas Comissões Cívicas Eleitorais e, mais tarde, o seu nome posto à discussão e votação nas Assembleias Democráticas, sempre de representação nacional, onde se discutiu largamente o seu nome, que aliás adveio só depois do Senhor Engenheiro Cunha Leal ter apresentado a sua excusa à Candidatura das Forças Democráticas Nacionais. Não foi, assim, nomeado ou trazido, como é habitual nos últimos decénios, em conluio com privilegiadas associações ou partidos. Desta forma não foi candidato do Partido Comunista Português, como pretende o malevolto e injurioso serviço da Agência ANI. Vê-se claramente, pela qualidade de elementos da Comissão Cívica Eleitoral; das novecentas e muitas assinaturas que subscreveram a sua apresentação para o Supremo Tribunal de Justiça e, ainda, pelas numerosas pessoas que entusiasticamente apoiaram a sua candidatura, apesar dos atropelos, das violências, das limitações e maldades, das agressões e proibições continuas que as autoridades policiais lhe impuzeram, com volumosa cobertura das suas armas.

Efectivamente, o Dr. Arlindo Vicente não foi candidato do partido comunista; foi candidato do Povo, na sua ansia de liberdade e da Juventude desprezada e aviltada pela Ditadura e eleito previamente pelas forças democráticas nacionais em várias e renovadas Assembleias.

Continua o Jornal: "Os comunistas..." resolveram portanto torná-lo (ao General Humberto Delgado) seu candidato oficial, depois de terem retirado aquele que tinham apresentado".

Insiste-se na falsidade. O candidato Dr. Arlindo Vicente, de acordo com a Comissão Central da sua Candidatura, tendo verificado vantagem de unir a Oposição nas urnas e até para restabelecer uma, há muito abandonada, tradição nacional de sacrifício individual, em prol dessa unidade, das idéias e da nação resolveu negociar com o

candidato General Humberto Delgado — a cujas virtudes de anti-fascista aqui prestamos as nossas homenagens — para que este fosse o único a conduzir até às urnas a Oposição à Ditadura de Salazar. Entendeu o candidato Dr. Arlindo Vicente e os do seu Conselho — sempre em deliberações democráticas, à base nacional — que essa unidade seria mais imediata, fácil, perfeita e homogênea, obtida como se fez. Desta maneira, a renúncia do candidato Dr. Arlindo Vicente não resultou da falta de apoio — até porque tinha como base a satisfação das verdadeiras necessidades do Povo. — Mas resultou da imediata vantagem de se obter a unidade da Oposição. E assim foi que o candidato do Povo e da Juventude, dos escravos e dos famintos, da gente humilde e honrada deste País, entregou ao General Humberto Delgado, na noite de 30 de Maio, o seu mandato — que até agora não necessitou de retirar — dada a dignidade e ardorosa valentia que aquele homem público impoz a tal conduta. E tão exacto era aquele desígnio, que daí resultou o Movimento Nacional Independente, tal como hoje existe, na unificação de tôdas as forças anti-fascistas da Nação, para além das urnas e satisfazendo aos pontos de vista de tôdas as ideologias e objetivos da Oposição. Assim se repudia, também, por falsa e injuriosa a frase onde se diz: "O M. N. I. é uma nova organização do partido Comunista Português".

Pelo exposto e deixando ao General Humberto Delgado melhor oportunidade para estabelecer a sua defesa em tudo quanto se contém na noticia que é objeto deste reparo e protesto, vimos perante V. Excia. para que se digne mandar publicar esta defesa no seu Jornal e no local da mesma noticia, ao abrigo do artigo 53.º do Decreto 12.008 de 29 de Julho de 1926".

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1959.
Arlindo Vicente

Mais uma vez

(Continuação da 5.ª pág.)

sidade de pedir asilo a gente estranha. Que nos importa a nós, que não somos argentários nem exploradores do trabalho alheio, que outros ramos da família se emancipem, ponham casa à parte? Amanhã, se lhes batermos à porta, como vamos para trabalhar e não para os explorar, hão-de franquear-nos a casa e receber-nos.

Seria a miséria da pátria — diz a "Voz". Pobre pátria se efectivamente dependesse da exploração do braço negro! Fique a "Voz" sossegada, que a pátria não morre de inanição. Há nela recursos suficientes para o dóbdo da população que tem hoje. Não chegariam, de certo, para manter os parasitas de toda a espécie que incensam e louvaminham os donos do poder nem para cevar os coronéis e generais que os defendem. Mas por isso mesmo, porque são os recursos de Angola e Moçambique que hoje concorrem para armar e fortalecer o braço que as esmaga, a elas e à metrópole, é que nós brandamos e brandaremos: Libertem-se! É o maior serviço que podem prestar ao povo português. Só existe tirano onde há bólo que repartir. Neguem-lhe o bólo. Verão como o látigo lhe cai das mãos no dia em que lhe faltar a édeca para os mastins da sua guarda...

Os artigos assinados que publicamos em nossas colunas refletem apenas a opinião pessoal dos seus autores. Apenas os comentários e notas não assinadas traduzem a opinião da "Comissão de Redacção" de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO".

A nova República deve nascer adulta

(Conclusão)

CRITICUS

II PAIXÃO POSITIVA E DIÁLOGO NACIONAL

Só se vence bem o que se substitui, escreveu Comte. A Nova República que se antevê não pode cometer o erro do Regime que está chamada a substituir. O dinamismo social e ideológico mais audacioso tem de configurá-la para a não deixar imobilizada na referência ao Regime moribundo. Este momento é o da renovada paixão popular que nos fins do século XIX e princípios do XX presidiu ao nascimento da primeira República. Esta paixão tem um conteúdo suficiente para servir de móbil à actual exigência cívica dos portugueses. Não é altura de gritar "Ter! Ter!". Tudo o que contrarie o voto ardente de inovação política é secundário em relação a esse objetivo. Mas este objetivo não é momentâneo, como pensam os ingénios. A bem dizer, será interminável. Não há milagres em política sem longa paciência. A substituição de pessoas não é tudo. Muito menos o é a substituição de "slogans". O essencial é a construção positiva de uma Nova República capaz de integrar harmoniosa, mas firmemente, as antinomias mortais dos últimos cento e cinquenta anos de vida política nacional.

Como devemos imaginar essa integração? Em primeiro lugar sob o signo de um reconhecimento lúcido dos antagonismos em presença. É a única maneira de permitir à Nova República nascer adulta. Só assim testemunhará que não foi inútil a passagem pelo purgatório daquela liberdade que a primeira República não conseguiu exprimir adequadamente no viver social e político da Nação. Esse reconhecimento não poderá ser simples contemplação passiva da coexistência de inimigos à espera das mútuas fraquezas para se dilacerar. Sem medo à aparente contradição, a liberdade tem que organizar a liberdade, dar-se o estatuto que a salve do estrangulamento sempre possível dos seus adversários. Não há duas maneiras de fazê-lo. Constitucionalmente, a Democracia tem de definir os limites a partir dos quais nega a sua essência e se converte no seu contrário. É necessário inverter o espírito infame da tendência moderna de dar ao Estado um conteúdo independente do dos interesses reais dos grupos e dos indivíduos que constituem a Nação. Subordiná-lo idealisticamente a uma vaga Moral, como o salazarismo fez, não basta para afastar o espectro do arbitrário ou da tirania. Pelo contrário, é fornecer gratuitamente aos governantes um diploma de boa consciência política. É necessário determinar positivamente, visivelmente, os actos que põem o governo em contradição mortal consigo mesmo, tão positivamente como são determinados os actos que colocam os indivíduos na situação de fora-da-lei. Em suma, a Democracia deve ter a audácia de conhecer e determinar aquilo que a separa dos seus adversários.

Toda a cautela é pouca para limitar o abuso do Poder, pela simples razão de que todo o Poder comporta a tendência para o abuso. Todo ele é corruptor, disse com razão Lord Acton, mas maximamente o absoluto Poder. A essência da Democracia é reduzir ao mínimo a corrupção inscrita no exercício do Poder. Para isso não se pode julgar ao abrigo dessa corrupção mas enfrentá-la, reconhecê-la pública e constantemente, prega-la, inscrever no espírito dos governantes e governados a necessidade de denunciar os mil recessos e formas que essa corrupção pode ocupar. Esse dever é tanto mais essencial à vida de uma sociedade democrática quanto é certo a vida moderna ter tomado, em alarmantes proporções, a figura mais adequada à natural abdicação dos indivíduos. A ciência e a técnica modernas libertaram o homem da Natureza, mas por um curioso paradoxo, tornaram os homens prisioneiros dos homens, num grau impensável. A contemporaneidade dos regimes totalitários e dos profíctos técnicos não é um acaso, mas uma quase fatalidade. Toda a vigilância, todo o culto dos valores democráticos serão sempre escassos em face da tarefa infinita de promover o viver social o mais possível ao abrigo de todas as formas de alienação de que a existência colectiva é pródiga. Esta tarefa ultrapassa a competência política. Todavia, a Democracia cumpre pensar-se como a estrutura mais adequada para que no seu seio se realizem progressivamente as condições de libertação dos indivíduos. A Democracia não tem outro conteúdo

do que esse mesmo de promover essas condições. Ela não pode ser definida como regime da liberdade senão na medida em que se dá como fim a coexistência e a promoção de todas as formas de liberdade de uma dada sociedade. Por isso mesmo se pode dizer que a Democracia é o único regime que não tem liberdade própria. Ela é prisioneira do mais alto dever de não ter outra que a dos cidadãos.

Aparentemente nada mais absurdo. A Democracia parece ficar à mercê das contradições fatais geradas por essa multiplicidade de liberdades que visam exprimir-se. Na realidade esta fraqueza que lhe é congenital ser-lhe-a fatídica como na prática o foi muitas vezes, se a Democracia não fosse capaz de se dar a força suficiente para suportar essa necessária franqueza. Foi isto que a Democracia utópico-liberal não conseguiu ver. Também ela nasceu historicamente sob o signo do ressentimento. O seu grande pensamento era evitar o espectro considerado nefasto da Realeza e do seu "direito divino". Para isso fez tudo para baixar, melhor seria dizer, exorcisar o Poder e os seus malefícios. O caminho que lhe pareceu mais adequado foi o de transferir o intransferível dever de governar para uma pluralidade de vontades capazes de se neutralizar evitando assim o abuso do Poder. E' o que se pode chamar a fuga diante do Poder. A reacção salazarista nasceu entre nós contra essa demissão democrática do poder público. Salazar viu bem que o Poder é indivisível. Mas concluiu apressadamente que é impecável. Por isso o subtraiu sempre ao julgamento real da Nação. Esta aparência de força é a sua positiva fraqueza. A única maneira de resolver o dilema não é abdicar do Poder nem hipertrofiá-lo, mas exercê-lo plenamente, dentro de um quadro que constitucionalmente o torne finito, limitado. A Democracia deve perder a falsa vergonha de se crer incompatível com um Executivo forte. Forte pela independência constitucional e concreta que determinam a sua acção, mas mais forte ainda moralmente pela vontade expressa de se submeter periodicamente ao julgamento da Nação.

As condições plausíveis do nascimento da Nova República desenhavam-se como as mais favoráveis à conciliação necessária dessa força e dessa fraqueza próprias da Democracia. Um regime saído das exigências mais profundas da alma popular nasce constitucionalizado antes da sua institucionalização perfeita. A não cumprida Constituição absolve essa exigência de todo o carácter subversivo, fazendo dela, ao contrário, restauração de ordem e de justiça. O entusiasmo coroa a legalidade dando a essa paixão o carácter positivo capaz de destruir de vez as ficções da Ordem e da Autoridade sustentadas contra a vontade da Nação. A nova República deve nascer sem ressentimento. Isso lhe evitará perder tempo no estéril jogo de opor ao Regime um estilo político que seria fatalmente filho dessa ressentida Oposição. Desde já, o próprio movimento democrático deve superar a fase em que se pensava como Oposição. A verdadeira Oposição é o Estado Novo a quem o favor popular manifestamente desertou, se é que alguma vez o teve. Este paradoxo não é menosprezo das realidades presentes, antecipado deitar de foguetes, mas tradução da relação actual das forças políticas portuguesas. Até às últimas eleições as dúvidas eram legítimas quanto à exata situação dessas forças. A partir delas, mau grado a permanência do Regime, a sua realidade é exactamente essa: Oposição. O Regime reverteu da direita para aquilo que sempre foi de fato.

É esta situação que a vontade popular evitará à Nova República. Ser-lhe-á fácil então submeter ao "referendo", da Nação um texto capaz de salvaguardar no sentido de uma Democracia fortemente estruturada as exigências complementares de justiça e de liberdade. Não tenhamos, porém, ilusões. Não são virtudes formais as que se esperam da Nova República. Nasceu do movimento para um estado de coisas melhor, a Nova República só pode justificar-se marchando. A princípio, nada lhe será mais fácil, pois existem no país mil impaciências acumuladas que o Regime pela sua simples existência inutilizou. Mas passada a euforia necessária e justa que eliminará os aspectos considerados unanimemente negativos do Estado Novo começará então a sua verdadeira vida. Só o carácter de novidade efectiva da Nova

República pode mobilizar uma juventude ávida de participar na vida pública. É inútil propor-lhe miríficos "slogans" sem conteúdo imediato. O Estado Novo insensibilizou-a, e ainda bem, às palavras de ordem. Foi uma reacção de saúde que prolongada pode degenerar em simples cinismo político, planta de eleição de todas as tiranias. A segunda República vai herdar uma juventude apta a julgá-la nos atos. Cumpre aos seus responsáveis futuros não a desiludir. As puras coordenadas políticas não lhe interessam em primeiro lugar. Mais ainda que às falaciosas palavras de ordem do Regime a juventude é refratária aos dísticos velhos de cinquenta anos. Ninguém quer voltar atrás. Se o Regime é desertado deve-o ao espectáculo de impotência ideológica, à ausência de verdadeiras perspectivas que o tardio dinamismo de planos de fomento ultracautelosos não pode já oferecer. Só um milagre o poderia salvar, invertendo de veras a sua essencial passividade.

O milagre impassível ou inverosímil cabe à Nova República efectuar-lo. Um regime apoiado realmente na vontade popular pode permitir-se uma mobilização das energias nacionais que confina com o milagre. Os exemplos estão à nossa vista. É de uma mobilização dessa ordem que necessitamos não só para resolver um urgente problema social e político, mas para impedir a verdadeira, a grande catástrofe a que o Estado Novo nos está conduzindo sem que a maioria da Nação, inclusive, muito democrático, tenha disso uma vaga idéia. Referimo-nos às nossas províncias ultramarinas. Só uma transformação radical do Regime português pode evitar a sua perda. A mentalidade política reinante é a mãe das cegueiras fatais e justas. Se a Nova República tardar muito não haverá poder no céu e na terra que nos subtrala ao destino miserável de nos confinarmos à estreita faixa europeia que há cinco séculos não nos basta. Nenhum interessado alarme nos leva a proclamar esta evidência. Os que se interessam por Portugal, como os profissionais de um patriotismo sincero, mas criminoso de tãchez e sórdida visão colonialista o não podem fazer, sabem muito bem que a verdade do perigo ultrapassa a ficção. Liquidar o Estado Novo não é hoje apenas o reflexo nacional por excelência, é uma questão de vida ou de morte para Portugal.

O problema do chamado Império português é o mais grave mas não é isolado. A sua solução, faz parte de um contexto que engloba a realidade nacional por inteiro. Todas as energias nacionais na sua máxima tensão serão ainda poucas para o enfrentar. Aqui, como em tudo o mais, a Nova República terá de começar pelo princípio: por a Nação diante de si mesma como o Estado Novo, por definição, é incapaz. Só ela pode quebrar a mentira em circuito fechado que se chamou Propaganda. A verdade, mesmo a mais amarga verdade, é o único fruto que a Democracia pode trincar sem cair no círculo vicioso do adversário. A demagogia, mesmo aparentemente frutuosa, deve ser rejeitada como o mais infame dos venenos. Só o diálogo honesto, simples, da Nação consigo mesma nos pode arrancar ao monstruoso monólogo político que durante trinta anos separou a Nação de si mesma e Portugal do resto do mundo. A Nova República aparece como encarnação da necessidade histórica desse diálogo. Temos de reaprender a falar. Isto não diz respeito somente àqueles a quem o monólogo ensurdeceu. Refere-se igualmente aos democratas a quem o silêncio forçado fatalmente inquinau o registro de voz. Sem nos darmos conta, neste intervalo em que dois monólogos paralelos constituíram a sombra do diálogo que não houve, o nosso vocabulário desactualizou-se, os nossos reflexos ganharam um jeito bizarro. O mundo não quiz saber de nossa mútua miséria e é dela, antes de mais nada, que devemos convencer-nos. Isto é duro de admitir, sobretudo para a velha guarda democrática que se julga perfeitamente quite pela sua fidelidade aos "sagrados princípios". A juventude respeita-lhe a convicção e a coragem mas não pode deixar de sentir a profunda distância que a separa de uma retórica imobilizada nos tempos anti-diluvianos da propaganda republicana. Esses homens guardaram uma palavra preciosa contra a qual o Regime foi impotente mais cujo peso eles mesmos

tinham mal suportado. Contudo, durante estes 30 anos foram os homens do Regime que estiveram com a mão na massa. Nós queremos dizer, da massa da História. A Nova República não pode fazer abstracção desta fatalidade, nem destes 30 anos. Depois de joeirar o trigo do joio, tem de admitir com frieza o diálogo da Nação na sua totalidade e fugir à tentação de reinstaurar, seja sob que pretexto for, uma qualquer outra forma de monólogo político.

É isto, isto só, que é imenso, e tarefa para uma geração, o que a juventude espera. O clima, mundial e nacional, é hoje muito diferentes do que o era nos princípios do século XX. A juventude de hoje é menos abstrata. Tem uma necessidade profunda de encarnação espiritual tão profunda que as ideologias como tais lhe repugnam instintivamente. Viu gerações inteiras morrer por verdades menores sempre anunciadas como a definitiva Verdade. As ideologias como substituto político de uma Verdade que elas sabem não poder reduzir-se unicamente ao político, não lhes interessam. Se a perspectiva da Nova República os seduz é como porta aberta para um futuro que os liberte das divisões abstratas no seio da Nação para os entregar às tarefas concretas que a sua liberdade e as suas possibilidades determinarem. É a cobertura ideológica do Regime que lhes mete asco. Não apenas pela miséria efectiva de um estilo oficial que inundou de mediocridade todas as manifestações da vida portuguesa desde a morte aos ofícios divinos. É um fato que a Nação pensante vomitou tudo, mesmo o bom, quando o houve, ao chegar-lhe coado pelas vozes fúnebres ou pimponas da Emissora Nacional. Mas tudo seria insuficiente se tal culto da mediocridade não tivesse tido a pretensão de se oferecer ao País como único, exemplar e substancial alimento. Por um dom divino o homem rejeita todas as aparências de bem quando impostas, sabendo a contrafação daquele Bem que é uma só coisa com a sua profunda liberdade. Como poderia reagir de outro modo a essa repugnante baba pequeno — burguesa e pseudocrístã do chamado pensamento oficial?

A Democracia futura, sob qualquer forma que se apresente, social ou cristã, deve guardar-se da tentação de fabricar para consumo comum o elixir das verdades mediocres que o Estado não tem o direito de fornecer. Ela não pode ser mais que a estruturação do diálogo real da Nação. A sua força está ao serviço dessa promoção. Não terá jamais suficiente generosidade e positiva paixão para promover a harmonia em perpétuo desequilíbrio de todas as liberdades, se não se libertar do falso dever de apresentar uma da sua lava. Esta exigência não é uma reformulação de um princípio de tolerância meramente passivo, incompatível com o dever de governar. A Democracia que concebemos não é uma noite em que todos os gatos são pardos. O seu culto de liberdade não é o tolerantismo pastoso da ausência de princípios e de perspectivas. Nós referimo-nos apenas à tentação ideológica pura, à tentação totalitária, mesmo revestida sob a capa insuspeita da Democracia. A juventude não seduz uma nova panaceia espiritual, uma verdade oficial com pretensões a concepção do mundo e interpretação da História. A Democracia é a resposta a um problema político não a uma questão moral, metafísica ou religiosa. Como resposta política não é neutra ou negativa, mas para isso não precisa de confundir os géneros, como fizeram muitas vezes as democracias liberais, cujo verdadeiro conteúdo, nulo politicamente, era de carácter religioso. Seria absurdo denunciar a passividade intrínseca do Estado Novo, a sua falta de perspectivas autênticas e contentar-se com uma forma de neutralismo ou indiferentismo democrático. A Democracia esperada não pode crer que o livre jogo dos antagonismos restabeleça a harmonia social automaticamente. Esta concepção utópica — liberal deve rejeitar-se, embora se guarde o ideal que ela traz. O defeito do pensamento democrático tradicional foi o de imaginar a História como uma "tabula rasa". Não é por acaso que o seu primeiro grande teórico ocidental é ao mesmo tempo o filósofo da "tabula rasa" em matéria de conhecimento. Neste capítulo a correção de Marx é de uma verdade irrecusável. A Democracia não

pode ser o simples equilíbrio dos interesses presentes, mas a luta positiva para encontrar o equilíbrio real de que o presente é máscara. Não se pode conciliar na História o que a Natureza concilia, dando aos carneiros noventa por cento de possibilidades de acabar na goela do lobo. Mas isso não significa, como desejará o mesmo Marx, que a Democracia se arrogue a pretensão de estabelecer do alto ou do exterior o conteúdo total do viver histórico.

Em resumo, e concertadamente, a Democracia é politicamente partidária. A promessa de estar acima dos interesses divergentes é o logro banal das filosofias reacionárias. O pastor não pode ser neutro entre o rebanho e o lobo. O Estado Novo também o não é, embora se dê como tal. O que acontece é ele ter escolhido o partido do lobo contra o rebanho. Decretar a priori a harmonia do Capital e do Trabalho e imobilizá-los em um face do outro por contratos coletivos em que só um é livre seria a invenção mais burlesca do século se não fosse trágica. A Democracia não pode endossar essa farça política. O seu dever é claro e tem de enfrentá-lo sem hesitações sob pena de se negar. A sua essência é a encarnação, a defesa e a promoção dos interesses da maioria da Nação. O alvo de um Bem Comum abstracto, suprimindo já em pensamento o fato positivo do conflito de classes e da injustiça gritante existente nessas relações, não basta. Esse Bem Comum só tem um verdadeiro nome: é o dos comuns. É pelo fio condutor destes interesses que tudo tem de regular-se e não pela soma dos interesses privados de uma minoria, por mais enraizados que sejam ou pareçam. A legitimidade destes últimos é estrita função dos primeiros e só merece existir na medida exata em que não vai ao seu encontro. Determinar esses limites, precisá-los ou removê-los, fazer triunfar lenta mas seguramente os interesses dos comuns sobre o interesse dos privilegiados é a vida mesma da Democracia.

Antever as linhas de força da exigência democrática é o menos. É a tradução prática do ideário democrático que conta e não a satisfação mental que a sua abstrata forma pode produzir. Uma consciência política atualizada não pode ter ilusões quanto à complexidade, à dificuldade, à dureza do diálogo democrático que uma Nova República está destinada a instaurar. A Democracia é hoje o mais exigente dos regimes. A sua dificuldade só tem par na sua necessidade, entre nós. Conjugação a eficácia governativa com a justiça e a liberdade, promover uma harmonia não pré-estabelecida pela Polícia, despertar o País da passividade política sem se aproveitar dela para instaurar outra, são as menores das suas tarefas. A grande e interminável é adequar-se à sua exigência básica de exprimir com precisão, coerência, capacidade técnica, as modalidades variadas do interesse nacional, visto sob o ângulo da maioria. Tal tarefa não é obra de um dia, nem pode ser escamoteada pela fraseologia, por mais sublime que seja. A tradição de passividade nacional é muito longa e profunda. O Estado Novo não a inventou, por mais que custe admiti-lo aos democratas abstratos. Cultivou-a, nada fazendo para a suprimir, pelo simples fato de que a essência dessa passividade é a relegação para o limbo da maioria da Nação. É desse limbo que a Nova República tem de tirar essa maioria. O seu próprio nascimento não será outra coisa do que o primeiro passo da "eterna criação" a que a nossa tradição sempre gostou de ligar o nome de "povo".

Corresponderá a Nova República ao apelo que a convoca ou uma vez mais nos falhará a esperança de aceder, enfim, a qualquer coisa digna de ser olhada como maturidade política? Responder sim é inscrever-se no sentido dessa esperança, fazer ato de paixão positiva, combater desde já toda a tentação insidiosa de desconfiar do profundo movimento popular que a manifesta. A dúvida é neste instante o prolongamento das raízes do inimigo em nós, como será no dia do advento da Nova República a vitória póstuma de Salazar. Só uma confiança total no bem fundado da exigência popular e na Democracia que a exprime pode afastar de vez do tablado nacional todas as formas de demissão política. Salazar não é senão uma delas. Se a Nova República falhasse o seu futuro, voltaria de novo. Poupemos essa vingança ao fantasma de Salazar.